

SISTEMA FISCAL PORTUGUÊS

CÓDIGOS FISCAIS E OUTRA LEGISLAÇÃO FUNDAMENTAL

16.^a edição
SETEMBRO
2019

Atualizações online
www.areaseditora.pt

Índice geral
Índice cronológico
Índice sistemático em cada diploma

- 1 - Princípios, Procedimentos e Contencioso Tributários
 - 1.1 - Constituição da República Portuguesa (CRP)
 - 1.2 - Lei Geral Tributária (LGT)
 - 1.3 - Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT)
(Alterado e republicado)
 - 1.4 - Regime Geral das Infrações Tributárias (RGIT)
 - 1.5 - Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária e Aduaneira (RCPITA)
 - 1.6 - Regime Jurídico da Arbitragem em Matéria Tributária (RJAT)
 - 1.7 - Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (ETAF)
(Alterado e republicado)
- 2 - Impostos sobre o Rendimento
 - 2.1 - Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS)
 - 2.2 - Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC)
- 3 - Impostos sobre o Consumo
 - 3.1 - Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA)
 - 3.2 - Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias (RITI)
 - 3.3 - Código dos Impostos Especiais de Consumo (CIEC)
- 4 - Impostos sobre o Património e outros
 - 4.1 - Código do Imposto Municipal sobre os Imóveis (CIMI)
 - 4.2 - Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMT)
 - 4.3 - Código do Imposto do Selo e Tabela Geral (CISelo e TGISelo)
 - 4.4 - Código do Imposto sobre Veículos (CISV)
 - 4.5 - Código do Imposto Único de Circulação (CIUC)
 - 4.6 - Regulamentos das Contribuições Especiais (RCE)
 - 4.7 - Imposto Especial de Jogo (IEJ)
e Imposto Especial de Jogo *Online* (IEJO)
 - 4.8 - Regime da Contribuição sobre o Setor Bancário
 - 4.9 - Regime da Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético
 - 4.10 - Regime da Contribuição Extraordinária sobre a Indústria Farmacêutica
 - 4.11 - Reforma da Fiscalidade Verde, Incentivo pela Introdução no Consumo de Veículo de Baixas Emissões e Contribuição sobre os Sacos de Plástico Leves
- 5 - Estatuto dos Benefícios Fiscais e outros
 - 5.1 - Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF)
 - 5.2 - Código Fiscal do Investimento (CFI)
- 6 - Regiões Autónomas e Autarquias Locais
 - 6.1 - Lei das Finanças das Regiões Autónomas
 - 6.2 - Adaptação do Sistema Fiscal Nacional à R. A. dos Açores
 - 6.3 - Adaptação do Sistema Fiscal Nacional à R. A. da Madeira
 - 6.4 - Regime Financeiro das Autarquias Locais, taxas de Derrama, participação variável no IRS e taxas de IMI por município
- 7 - Legislação Complementar
(Já inclui: Mecanismos para a resolução de litígios fiscais na UE)

Compilação organizada por

José Manuel Martins Marreiros

JOSÉ MANUEL MARTINS MARREIROS

Especialista em Fiscalidade reconhecido pelo ISCAL/IPL, mestrado em Gestão de Empresas com especialização em Auditoria Contabilística, Económica e Financeira pela UAL (parte escolar), pós-graduação em Fiscalidade pelo ISG, licenciatura em Economia pela ULHT e licenciatura em Contabilidade e Administração com especialização em Auditoria pelo ISCAL. Frequentou o curso e obteve a certificação de aptidão pedagógica de formador (CAP) pelo IEFP.

Economista assessor principal do quadro de pessoal técnico superior da inspeção da Autoridade Tributária e Aduaneira, exerce funções no Gabinete do Subdiretor-Geral do IVA. Anteriormente exerceu funções na área da justiça tributária, em matérias de direito fiscal internacional, bem como na Unidade dos Grandes Contribuintes e, em comissão de serviço, na Direção de Serviços de Investigação da Fraude e de Ações Especiais.

Professor Adjunto Convidado do ISCAL, em regime de acumulação e a tempo parcial, tem lecionado as unidades curriculares de *Direito Fiscal Internacional*, *Planeamento Fiscal*, *Sistema Fiscal Português*, *Gestão Fiscal Internacional*, *Fiscalidade Empresarial* e *Fiscalidade Indireta*. Enquanto Assistente Convidado do ISGB lecionou as unidades curriculares de *Fiscalidade e Fiscalidade dos Produtos Bancários e Financeiros*.

Foi assessor do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais no XVII Governo Constitucional.

Na ex-Direção-Geral dos Impostos exerceu, entre outras, as funções de chefe da Divisão de Administração do IRS, formador do Centro de Formação, coordenador da troca de informação na área das relações fiscais internacionais, membro do gabinete de apoio jurídico-económico, membro do núcleo de auditoria interna e controlo de qualidade, vogal nas comissões de revisão da matéria tributável, chefe de equipas de inspeção tributária, inspetor tributário, perito de fiscalização e liquidador tributário.

Livros publicados:

- *Sistema Fiscal Português - Códigos Fiscais e outra Legislação Fundamental*, oito edições de 2013 a 2019, Áreas Editora;

Em coautoria

- *Manual de Fiscalidade*, edições anuais do ISGB/APB para uso exclusivo dos alunos;
- *Manual de Fiscalidade dos Produtos Bancários e Financeiros*, edições anuais do ISGB/APB para uso exclusivo dos alunos;
- *Sistema Fiscal Português - Códigos Fiscais e outra Legislação Fundamental*, oito edições de 2005 a 2012, Áreas Editora;
- *Exercícios Práticos Resolvidos de IVA*, três edições de 2000 a 2005 e reimpressão em 2007, Vislis Editores e Áreas Editora;
- *Exercícios Práticos Resolvidos de IRS*, edição de 2001, Vislis Editores;
- *Impostos sobre o Rendimento (IRS-IRC-EBF)*, oito edições de 1998 a 2004, Vislis Editores e Áreas Editora;
- *Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA-RITI)*, oito edições de 1997 a 2004, Vislis Editores e Áreas Editora.



NOTA PRÉVIA

O presente livro foi elaborado de modo a compilar num só volume a legislação dos impostos que constituem o sistema fiscal português.

Tem como destinatários os profissionais, professores e estudantes do ramo do direito fiscal, apresentando-se com uma organização e um formato que permitem o seu fácil manuseamento.

Está dividido em sete pontos: Princípios, procedimentos e contencioso tributários [1], Impostos sobre o rendimento [2], Impostos sobre o consumo [3], Impostos sobre o património e outros considerados híbridos [4], Estatuto dos benefícios fiscais e outros [5], Regiões autónomas e autarquias locais [6] e Legislação complementar inserida por ordem cronológica [7]. Outra legislação complementar, quadros resumo e fórmulas de cálculo encontram-se inseridos em notas a artigos de diversos diplomas por motivo de ordem prática, nomeadamente, a sua relação direta com o assunto do artigo em causa, a sua especificidade e a consulta em simultâneo.

Contém um índice geral e um índice cronológico, bem como um índice sistemático no início de cada diploma, para resumir o seu conteúdo e facilitar a consulta.

Na elaboração do livro foram ainda considerados os seguintes critérios:

- As normas alteradas, em regra, referenciam-se com menção do respetivo diploma e, relativamente às mais recentes, transcreve-se a redação anterior ou a expressão objeto de alteração;
- No caso de republicação de diplomas, apenas se faz menção às normas alteradas subsequentemente à republicação, salvo quando por razões de ordem prática se mostre necessário e viável manter a redação anterior;
- No caso de diplomas com renumeração do articulado, todas as remissões para preceitos na redação anterior consideram-se efetuadas para as disposições correspondentes na nova redação, pelo que, com o intuito de facilitar a perceção dessa correspondência, junto de cada norma remissiva indica-se o artigo novo com a expressão “(atual __)”;
- Nos artigos de alguns diplomas optou-se por criar epígrafes em *itálico*, não contidas nos textos legais, nos casos em que se considera fundamental a identificação do conteúdo;
- Nas notas em que se referenciam diplomas incluídos no presente livro, indica-se com o símbolo “[__]” o ponto onde estão inseridos e com “p. __” a respetiva página;
- Nas notas em que se referenciam diplomas não incluídos, indica-se o sítio da Internet onde se encontram disponíveis, nomeadamente os que aprovam modelos de declarações fiscais “(disponíveis em www.portaldasfinancas.gov.pt)”;
- É utilizada a grafia do novo Acordo Ortográfico nos títulos, notas do autor e legislação publicada a partir de 01/01/2012, mantendo-se a legislação publicada até 31/12/2011 com a grafia anterior ao referido Acordo.

Na sequência da criação da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) em resultado da fusão da Direção-Geral dos Impostos (DGCI), Direção-Geral das Alfândegas e Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC) e Direção-Geral de Informática Tributária e Aduaneira (DGITA), a partir de 01/01/2012, quaisquer referências feitas em leis ou documentos às extintas direções-gerais consideram-se como efetuadas à AT.

A presente 16.ª edição encontra-se atualizada a setembro de 2019, incluindo as alterações decorrentes da legislação publicada desde a saída da 15.ª edição em fevereiro do corrente ano até à presente data, nomeadamente:

- Retificação à lei que alterou o CIRS e criou condições de acesso a incentivos fiscais em programas de construção de habitação para renda acessível;
- Renúncia à condição de magistrado judicial jubilado para o exercício das funções de árbitro em matéria tributária, alterando o RJAT;
- Aplicação do processo de execução fiscal à cobrança coerciva das custas, multas não penais e outras sanções pecuniárias fixadas em processo judicial, alterando o CPPT e outros diplomas;
- Regulamentação dos termos e condições de que depende o direito à redução da taxa especial de IRS aplicável a rendimentos prediais;

- Alteração da regulamentação referente à suspensão dos prazos de reembolso de IRC e IVA;
- Alteração da regulamentação referente à comunicação dos inventários à AT;
- Reforço do combate às práticas de elisão fiscal, transpondo a Diretiva (UE) 2016/1164 e alterando o CIRC, LGT e CPPT;
- Aplicação da taxa reduzida do IVA à componente fixa de determinados fornecimentos de eletricidade e gás natural, alterando o CIVA;
- Regulamentação dos termos e condições para o exercício da opção pelos sujeitos passivos que pretendam ficar dispensados da impressão das faturas em papel ou da sua transmissão por via eletrónica;
- Programa de Arrendamento Acessível - Regime fiscal de isenção em IRS e IRC aplicável a rendimentos prediais;
- Agravamento do IMI relativamente a prédios devolutos em zonas de pressão urbanística, alterando o CIMI e o DL que define o conceito de prédio devoluto;
- Regime fiscal aplicável às competições *UEFA Nations League Finals 2019* e *UEFA Super Cup Final 2020*;
- Atualização da tabela prática das convenções para evitar a dupla tributação;
- Alterações à tabela de atividades de elevado valor acrescentado para efeitos do regime fiscal do residente não habitual em sede de IRS;
- Regulamentação do regime das «Notificações e Citações Eletrónicas - Portal das Finanças», previsto no CPPT;
- Alteração de modelos declarativos e de regulamentação necessária à aplicação de diversas normas fiscais não mencionadas anteriormente;
- Alteração do regime jurídico da estruturação fundiária, o qual prevê isenções de emolumentos, IMT, ISelo e IMI;
- Alteração do Estatuto dos Magistrados Judiciais e aprovação do novo Estatuto do Ministério Público - Dedução específica da cat. A do IRS relativa a quantias despendidas com a valorização profissional e traje profissional;
- Alteração do regime das sociedades de investimento e gestão imobiliária (SIGI);
- Alteração do CIRC, em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras, do RGIT e do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos;
- Alteração e republicação do ETAF;
- Alteração e republicação do CPPT e outros;
- Alteração de diversos códigos fiscais - CIRS, CIRC, CIVA, CISelo, CIMI, CIMT, CIUC, RGIT, CPPT, RJAT e Legislação Complementar;
- Mecanismos para a resolução de litígios que envolvam as autoridades competentes de Portugal e de outros Estados-Membros da UE em resultado da interpretação e aplicação de acordos e convenções internacionais para evitar a dupla tributação de rendimentos, transpondo a Diretiva (UE) 2017/1852 para a ordem jurídica interna.

Sempre que ocorram alterações legislativas serão elaboradas atualizações (com indicação das páginas do livro onde devem ser inseridas), a disponibilizar para consulta e impressão até à próxima edição no sítio www.areaseditora.pt.

Importa referir que as notas, quadros resumo, fórmulas de cálculo, epígrafes em artigos de diplomas cujos textos legais não as preveem e outras inovações, apresentados em caracteres diferenciadores – *itálico* – e que não sejam a transcrição de diplomas legais ou de instruções divulgadas, são da autoria e inteira responsabilidade do autor, podendo o seu conteúdo não coincidir com a posição oficial, pelo que não dispensam a leitura dos diplomas originais.

O rigor colocado na elaboração deste livro não invalida que possa conter eventuais gralhas ou incorreções. Agradece-se, desde já, a amabilidade de nos enviar críticas e sugestões, podendo fazê-lo para o endereço josemarreiros.sfp@gmail.com.

Lisboa, 25 de setembro de 2019

ÍNDICE GERAL (*)

	Página		Página
ÍNDICE CRONOLÓGICO	14	4.5 – CÓDIGO DO IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO (CIUC)	
		– Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho	464
1 – PRINCÍPIOS, PROCEDIMENTOS E CONTENCIOSO TRIBUTÁRIOS		4.6 – REGULAMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS	
1.1 – CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (CRP)		4.6.1 – Regulamento da contribuição especial devida pela valorização de imóveis decorrente da construção da nova ponte sobre o Tejo (RCE)	
– Decreto de 10 de abril de 1976 (<i>Artigos relacionados com o sistema fiscal</i>)	27	– Decreto-Lei n.º 51/95, de 20 de março	472
1.2 – LEI GERAL TRIBUTÁRIA (LGT)		4.6.2 – Regulamento da contribuição especial devida pela valorização de imóveis beneficiados com a realização da Expo 98 (RCE)	
– Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro	35	– Decreto-Lei n.º 54/95, de 22 de março	475
1.3 – CÓDIGO DE PROCEDIMENTO E DE PROCESSO TRIBUTÁRIO (CPPT)		4.6.3 – Regulamento da contribuição especial devida pela valorização de imóveis beneficiados com a realização da CRIL, CREL, CRIP, CREP, travessia ferroviária do Tejo, troços ferroviários complementares, extensões do metropolitano de Lisboa e outros investimentos (RCE)	
– Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro	63	– Decreto-Lei n.º 43/98, de 3 de março	478
– Lei n.º 118/2019, de 17 de setembro (<i>Alteração e republicação do CPPT e outros</i>) ..	69	4.7 – IMPOSTO ESPECIAL DE JOGO (IEJ) E IMPOSTO ESPECIAL DE JOGO ONLINE (IEJO)	
1.4 – REGIME GERAL DAS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS (RGIT)		4.7.1 – IMPOSTO ESPECIAL DE JOGO (IEJ)	
– Lei n.º 15/2001, de 5 de junho	113	– Decreto-Lei n.º 422/89, de 2 de dezembro – Lei do Jogo (<i>Artigos relacionados com o sistema fiscal – IEJ</i>)	482
1.5 – REGIME COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO DE INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA (RCPITA)		– Decreto-Lei n.º 68/2015, de 29 de abril – Regime jurídico da exploração e prática das apostas hípcas mútuas de base territorial (<i>Artigos relacionados com o sistema fiscal – IEJ</i>)	486
– Decreto-Lei n.º 413/98, de 31 de dezembro	135	4.7.2 – IMPOSTO ESPECIAL DE JOGO ONLINE (IEJO)	
1.6 – REGIME JURÍDICO DA ARBITRAGEM EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA (RJAT)		– Decreto-Lei n.º 66/2015, de 29 de abril – Regime jurídico dos jogos e apostas <i>online</i> (<i>Artigos relacionados com o sistema fiscal – IEJO</i>)	487
– Decreto-Lei n.º 10/2011, de 20 de janeiro	146	4.8 – REGIME DA CONTRIBUIÇÃO SOBRE O SETOR BANCÁRIO	
1.7 – ESTATUTO DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS (ETAF)		– Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro – Art. 141.º	492
– Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro	153	4.9 – REGIME DA CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE O SETOR ENERGÉTICO	
– Lei n.º 114/2019, de 12 de setembro (<i>Alteração e republicação do ETAF</i>)	154	– Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro – Art. 228.º	494
2 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO		4.10 – REGIME DA CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE A INDÚSTRIA FARMACÉUTICA	
2.1 – CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (CIRS)		– Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro – Art. 168.º	501
– Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro	167	4.11 – REFORMA DA FISCALIDADE VERDE, INCENTIVO PELA INTRODUÇÃO NO CONSUMO DE VEÍCULOS DE BAIXAS EMISSÕES E CONTRIBUIÇÃO SOBRE OS SACOS DE PLÁSTICO LEVES	
– Lei n.º 82-E/2014, de 31 de dezembro (<i>Reforma da tributação das pessoas singulares</i>) 170		– Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro	503
2.2 – CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS (CIRC)		5 – ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS E OUTROS	
– Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro	229	5.1 – ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS (EBF)	
– Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho	232	– Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho	509
– Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro (<i>Reforma da tributação das sociedades</i>)	233	5.2 – CÓDIGO FISCAL DO INVESTIMENTO (CFI)	
3 – IMPOSTOS SOBRE O CONSUMO		– Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro	551
3.1 – CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (CIVA)		– Regulamentação: Portarias n.ºs 282/2014, de 30/12, 94/2015, de 23/03, e 297/2015, de 21/09	562/564
– Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro	297	6 – REGIÕES AUTÓNOMAS E AUTARQUIAS LOCAIS	
3.2 – REGIME DO IVA NAS TRANSAÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS (RITI)		6.1 – LEI DAS FINANÇAS DAS REGIÕES AUTÓNOMAS	
– Decreto-Lei n.º 290/92, de 28 de dezembro	343	(<i>Artigos relacionados com o sistema fiscal</i>)	
3.3 – CÓDIGO DOS IMPOSTOS ESPECIAIS DE CONSUMO (CIEC)		– Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro	567
– Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho	353	6.2 – ADAPTAÇÃO DO SISTEMA FISCAL NACIONAL À REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
4 – IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÓNIO E OUTROS		6.2.1 – Taxas de IRS, IRC, IVA e IEC, deduções à coleta e benefícios fiscais na R. A. dos Açores – Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro ...	572
4.1 – CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (CIMI)			
– Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro	383		
4.2 – CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS (CIMI)			
– Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro	417		
4.3 – CÓDIGO DO IMPOSTO DO SELO E TABELA GERAL (CISelo e TGISelo)			
– Lei n.º 150/99, de 11 de setembro	429		
4.4 – CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS (CISV)			
– Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho	446		

(*) *Junto a cada diploma encontra-se o seu índice sistemático.*

Página	Página
6.2.2 – Derrama regional na R. A. dos Açores – Decreto Legislativo Regional nº 21/2016/A, de 17 de outubro 575	Regulamentação da cobrança e reembolsos de IRS e IRC – Decreto-Lei nº 492/88, de 30 de dezembro 617
6.2.3 – Regulamentação dos benefícios fiscais contratuais na R. A. dos Açores – Decreto Regulamentar Regional nº 9/2014/A, de 27 de junho 577	Isenção de IVA na importação definitiva de determinados bens – Decreto-Lei nº 31/89, de 25 de janeiro 623
6.3 – ADAPTAÇÃO DO SISTEMA FISCAL NACIONAL À REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	Isenção/restituição do IVA à Igreja Católica, outras igrejas e comunidades religiosas – Decreto-Lei nº 20/90, de 13 de janeiro 631
6.3.1 – Taxas de IRS na R.A. da Madeira – Decreto Legislativo Regional nº 3/2001/M, de 22 de fevereiro 581	Microfilmagem de documentos para efeitos fiscais (Regulamentação do nº 6 do art. 123º, do CIRC) – Portaria nº 118/90, de 15 de fevereiro (Revogada) 633
6.3.2 – Taxas de IRC na R.A. da Madeira e Derrama Regional – Decreto Legislativo Regional nº 2/2001/M, de 20 de fevereiro 582 – Decreto Legislativo Regional nº 14/2010/M, de 5 de agosto 584	Sistemas de faturação e arquivo de informação – Decreto-Lei nº 198/90, de 19 de junho – Art. 5º (Revogado) 634
6.3.3 – Regime da Contribuição sobre o Setor Bancário na R.A. da Madeira – Decreto Legislativo Regional nº 2/2011/M, de 10 de janeiro 585	Isenção de IVA nas vendas efetuadas a exportadores nacionais (Trading) – Decreto-Lei nº 198/90, de 19 de junho – Art. 6º 635
6.3.4 – Código Fiscal do Investimento na R.A. da Madeira (CFI-RAM) – Decreto Legislativo Regional nº 24/2016/M, de 28 de junho 587 – Decreto Regulamentar Regional nº 2/2017/M, de 23 de fevereiro 588	Regime jurídico da cobrança do IVA e do pagamento dos reembolsos – Decreto-Lei nº 229/95, de 11 de setembro 636
6.3.5 – Adaptação orgânica e funcional da legislação fiscal nacional à R.A. da Madeira – Decreto Legislativo Regional nº 18/2014/M, de 31 de dezembro 596	Regime especial de tributação em IVA dos bens em segunda mão, objetos de arte, de coleção e antiguidades – Decreto-Lei nº 199/96, de 18 de outubro 638
6.4 – REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, TAXAS DE DERRAMA, PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS E TAXAS DE IMI POR MUNICÍPIO	Regime fiscal específico das sociedades desportivas – Lei nº 103/97, de 13 de setembro 642
Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais – Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (Artigos relacionados com o sistema fiscal) 598	Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil (Regime excecional de dedução de prejuízos fiscais no âmbito dos processos do ex-GACRE e do SIRME aprovados pelo IAPMEI) – Decreto-Lei nº 14/98, de 28 de janeiro 643
Taxas de Derrama por município (Lançadas nos termos do art. 18º da Lei nº 73/2013, de 03/09) 604	Regulamento das custas dos processos tributários e Tabela de emolumentos – Decreto-Lei nº 29/98, de 11 de fevereiro 644
Participação variável no IRS por município (Fixada e dedução à coleta nos termos do art. 26º da Lei nº 73/2013, de 03/09) 607	Organizações não governamentais de ambiente (ONGA) (Normas fiscais) – Lei nº 35/98, de 18 de julho 649
Taxas de IMI para prédios urbanos por município (Fixadas nos termos dos nºs 5 e 18 do art. 112º e art. 112º-A do CIMI) 609	Inspeção tributária a pedido do sujeito passivo ou de terceiro – Decreto-Lei nº 6/99, de 8 de janeiro 650
7 – LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (inserida por ordem cronológica)	
Regime especial do IVA nas agências de viagens e organizadores de circuitos turísticos – Decreto-Lei nº 221/85, de 3 de julho 611	Condições de emissão e atribuição de vales sociais (Vales infância e vales educação) – Decreto-Lei nº 26/99, de 28 de janeiro 651
Regime especial do IVA nas transmissões de tabacos manufacturados – Decreto-Lei nº 346/85, de 23 de agosto 612	Compensação atribuída aos membros das mesas das assembleias ou secções de voto nos atos eleitorais ou referendários (Isenção de IRS e de outros tributos) – Lei nº 22/99, de 21 de abril – Arts. 3º e 9º 653
Isenção/restituição do IVA às representações diplomáticas e consulares e ao seu pessoal não nacional, bem como a certas organizações internacionais – Decreto-Lei nº 143/86, de 16 de junho (Regulamentação do art. 14º, nº 1, alínea l), do CIVA) 613 – Decreto-Lei nº 185/86, de 14 de julho (Regulamentação do art. 14º, nº 1, alíneas l), m), n) e v), do CIVA) 614	Regime da tesouraria do Estado – Decreto-Lei nº 191/99, de 5 de junho 653
Isenção de IVA e IEC na importação de mercadorias em pequenas remessas, sem carácter comercial, expedidas de um país terceiro – Decreto-Lei nº 398/86, de 26 de dezembro 615	Pessoas coletivas de utilidade pública (Isenções) – Lei nº 151/99, de 14 de setembro 659
Isenção do IVA nas transmissões de bens a pessoas residentes em países terceiros que os transportem na sua bagagem pessoal – Decreto-Lei nº 295/87, de 31 de julho (Revogado) 615	Regime especial do IVA aplicável ao ouro para investimento – Decreto-Lei nº 362/99, de 16 de setembro 660
Regimes especiais do IVA relativos à substituição na entrega do imposto: Vendas de peixe, crustáceos e moluscos efetuadas pelas lotas; Vendas de bens ao domicílio efetuadas por revendedores diretos ; Vendas derivadas exclusivamente da microprodução e da miniprodução de energia elétrica efetuadas pelos produtores. – Decreto-Lei nº 122/88, de 20 de abril – Arts. 9º e 10º 616	Lei da liberdade religiosa (Normas fiscais) – Lei nº 16/2001, de 22 de junho 662
	Regime fiscal das operações de titularização de créditos – Decreto-Lei nº 219/2001, de 4 de agosto 664
	Preços de transferência (Regulamentação do nº 13 do art. 63º CIRC) – Portaria nº 1 446-C/2001, de 21 de dezembro 666
	Regime jurídico dos PPR, PPE e PPR/E (Dedução à coleta de IRS prevista no art. 21º do EBF) – Decreto-Lei nº 158/2002, de 2 de julho 672
	Financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais (Donativos, benefícios fiscais e número de identificação fiscal) – Lei nº 19/2003, de 20 de junho 676

Página	Página
Regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA – Decreto-Lei n.º 147/2003, de 11 de julho 677	Benefícios fiscais à utilização das terras agrícolas, florestais e silvopastoris e à dinamização da “Bolsa de terras” – Lei n.º 63/2012, de 10 de dezembro 745
Lista dos países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada, claramente mais favoráveis (<i>Paraísos fiscais – Regulamentação do n.º 1 do art. 63.º-D da LGT</i>) – Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro 684	Assistência mútua em matéria de cobrança de créditos respeitantes a impostos, direitos e outras medidas, definindo os termos de aplicação a que fica sujeito o Estado Português – Decreto-Lei n.º 263/2012, de 20 de dezembro 746
Código da Insolvência e Recuperação de Empresas (<i>CIRE, Título XIII – Benefícios emolumentares e fiscais</i>), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março 686	Sistematização e harmonização da legislação referente ao Número de Identificação Fiscal (NIF) – Decreto-Lei n.º 14/2013, de 28 de janeiro 753
Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa de 18/05/2004 (<i>Normas fiscais</i>), aprovada pela Res. da A. R. n.º 74/2004 e ratificada pelo Dec. do Presidente da República n.º 80/2004, de 16/11 687	Regime da utilização da transmissão eletrónica de dados para o cumprimento de formalidades declarativas nas áreas aduaneiras, IEC e ISV, bem como para a comunicação dos atos praticados pela AT – Decreto-Lei n.º 21/2013, de 15 de fevereiro 758
Regime especial de tributação dos rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida – Decreto-Lei n.º 193/2005, de 7 de novembro 688	Regime de IVA de caixa – Decreto-Lei n.º 71/2013, de 30 de maio 760
Envio por transmissão eletrónica de dados (Internet) da declaração mod. 22 do IRC e da declaração anual de informação contabilística e fiscal – Portaria n.º 1 339/2005, de 30 de dezembro 693	Crédito fiscal extraordinário ao investimento (CFEI) – Lei n.º 49/2013, de 16 de julho 763
Informação Empresarial Simplificada (IES) – Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro 694	Sorteio «Fatura da Sorte» – Decreto-Lei n.º 26-A/2014, de 17 de fevereiro 764
Regime da renúncia à isenção do IVA nas operações relativas a bens imóveis (<i>Regulamentação dos n.ºs 4 a 6 do art. 12.º CIVA</i>) – Decreto-Lei n.º 21/2007, de 29 de janeiro 699	Regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos – Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto 766
Ficheiro modelo de auditoria tributária SAF-T(PT) (<i>Regulamentação do n.º 8 do art. 123.º do CIRC</i>) – Portaria n.º 321-A/ 2007, de 26 de março 702	Regime especial do IVA para sujeitos passivos não estabelecidos no Estado-membro de consumo ou não estabelecidos na Comunidade que prestem serviços de telecomunicações, de radiodifusão ou televisão e serviços por via eletrónica a pessoas que não sejam sujeitos passivos, estabelecidas ou domiciliadas na Comunidade – Decreto-Lei n.º 158/2014, de 24 de outubro 771
Condições técnicas para a emissão, conservação e arquivamento das faturas emitidas por via eletrónica, nos termos do CIVA – Decreto-Lei n.º 196/2007, de 15 de maio (<i>Revogado</i>) 704	Critérios e procedimentos de controlo a adotar na transmissão de benefícios fiscais e do direito à dedução dos gastos de financiamento líquidos, no âmbito de operações de cisão ou de entrada de ativos e elementos que devem constar do requerimento, a apresentar na AT (<i>Regulamentação prevista no n.º 3 do art. 75.º-A do CIRC</i>) – Portaria n.º 275/2014, de 26 de dezembro 774
Deveres de comunicação, informação e esclarecimento à administração tributária para prevenir e combater o planeamento fiscal abusivo e orientações interpretativas – Decreto-Lei n.º 29/2008, de 25 de fevereiro 706 – Despacho n.º 14 592/2008, do SEAF, de 27 de maio 709	Sistema de emissão de recibo de renda eletrónico no portal das finanças e obrigações declarativas (<i>Regulamentação do n.º 2 do art. 60.º do CISelo e alíneas a) e b) do n.º 5 do art. 115.º do CIRS</i>) – Portaria n.º 98-A/2015, de 31 de março 776
Procedimentos de celebração de acordos prévios sobre os preços de transferência (APPT) (<i>Regulamentação do n.º 9 do art. 138.º do CIRC</i>) – Portaria n.º 620-A/ 2008, de 16 de julho 714	Sistema de emissão de faturas, de recibos e de faturas-recibo no portal das finanças (<i>Regulamentação da alínea a) do n.º 1 do art. 115.º do CIRS</i>) – Portaria n.º 338/2015, de 8 de outubro 778
Regime especial aplicável aos fundos de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (FIIAH) e às sociedades de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (SIIAH) – Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro – Arts. 102.º a 105.º 718	Regime facultativo de reavaliação do ativo fixo tangível e propriedades de investimento – Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro 779
Regime de isenção do IVA e dos IEC na importação de mercadorias transportadas na bagagem dos viajantes provenientes de países ou territórios terceiros – Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro – Art. 116.º 720	Programa especial de redução do endividamento ao Estado (PERES) – Decreto-Lei n.º 67/2016, de 3 de novembro 782
Regime de reembolso do IVA a sujeitos passivos não estabelecidos no Estado membro de reembolso – Decreto-Lei n.º 186/2009, de 12 de agosto 722	Sistema eletrónico de comunicação dos dados dos viajantes e das respetivas aquisições que pretendam beneficiar da isenção de IVA nas compras realizadas em Portugal (<i>Taxfree – Residentes fora da UE que transportem os bens na sua bagagem pessoal para fora da UE</i>) – Decreto-Lei n.º 19/2017, de 14 de fevereiro 784
Regime das depreciações e amortizações (<i>Regulamentação do n.º 1 do art. 31.º do CIRC</i>) – Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro 726	Regulamento do Incentivo Fiscal à Produção Cinematográfica (<i>Regulamentação prevista no n.º 14 do art. 59.º-F do EBF</i>) – Portaria n.º 89-A/2017, de 19 de abril (<i>Revogada</i>) 788
Certificação prévia dos programas informáticos de faturação (<i>Regulamentação do n.º 9 do art. 123.º do CIRC</i>) – Portaria n.º 363/2010, de 23 de junho 738	Delimitação das áreas territoriais beneficiárias de medidas do Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), que se constituam como um incentivo ao desenvolvimento dos territórios do interior (<i>Regulamentação prevista no n.º 4 do art. 41.º-B do EBF</i>) – Portaria n.º 208/2017, de 13 de julho 792
Pedido de reembolso do IVA através da declaração periódica e inscrição no regime mensal (<i>Regulamentação do art. 22.º do CIVA</i>) – Despacho Normativo n.º 18-A/2010, de 1 de julho 740	Restituição de IVA às forças armadas, às forças e serviços de segurança, aos bombeiros, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e às IPSS – Decreto-Lei n.º 84/2017, de 21 de julho 793
Medidas de controlo da emissão de faturas e outros documentos com relevância fiscal, forma da sua comunicação à AT – Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de agosto 742	

	Página
Selo de validação AT (SVAT) e regras da sua atribuição aos programas de contabilidade, relativamente à produção do ficheiro de auditoria SAF-T (PT) (<i>Regulamentação do nº 8 do art. 123º do CIRC</i>) – Portaria nº 293/2017, de 2 de outubro	795
Medidas de apoio temporário destinadas aos contribuintes com domicílio fiscal, sede ou estabelecimento nos concelhos afetados pelos incêndios de 15/10/2017 – Decreto-Lei nº 141/2017, de 14 de novembro	796
Criação de equipas de magistrados para recuperação de pendências na jurisdição administrativa e tributária e outras medidas acessórias de caráter extraordinário (<i>Desistência do pedido com isenção de custos, revisão oficiosa pela AT, “migração” de processos para a arbitragem tributária</i>) – Decreto-Lei nº 81/2018, de 15 de outubro	797
Regime especial de determinação da matéria coletável com base na tonelagem dos navios e embarcações, regime fiscal e contributivo aplicável aos tripulantes e registo de navios e embarcações simplificado – Decreto-Lei nº 92/2018, de 13 de novembro	799
Tabelas de retenção na fonte de IRS sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões, auferidas por titulares residentes em território português (<i>Versão unificada dos despachos e tabelas para residentes no Continente, R. A. dos Açores e R.A. da Madeira – 2019</i>)	806
Tabela prática das convenções para evitar a dupla tributação celebradas por Portugal (<i>IRS, IRC e impostos de natureza idêntica ou similar</i>) – Lista de países, diplomas de aprovação, avisos de troca dos instrumentos de ratificação e taxas reduzidas sobre dividendos, juros e royalties (<i>Atualizada a 14/02/2019 e 28/05/2019</i>)	813
Regulamentação das obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes bem como das obrigações de conservação de livros, registos e respetivos documentos de suporte que recaem sobre os sujeitos passivos de IVA – Decreto-Lei nº 28/2019, de 15 de fevereiro	818
Programa de Arrendamento Acessível - Regime fiscal de isenção em IRS e IRC aplicável a rendimentos prediais – Decreto-Lei nº 68/2019, de 22 de maio	825
Regime fiscal aplicável às competições <i>UEFA Nations League Finals 2019 e UEFA Super Cup Final 2020</i> – Lei nº 38/2019, de 4 de junho	827
Mecanismos para a resolução de litígios que envolvam as autoridades competentes de Portugal e de outros Estados-Membros da União Europeia em resultado da interpretação e aplicação de acordos e convenções internacionais para evitar a dupla tributação de rendimentos (<i>Transposição da Diretiva (UE) n.º 2017/1852 para a ordem jurídica interna</i>) – Lei nº 120/2019, de 19 de setembro	828

**OUTRA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR,
QUADROS RESUMO E FÓRMULAS DE CÁLCULO,
EM NOTAS A ARTIGOS DE DIVERSOS DIPLOMAS
(inseridos por ordem sistemática dos artigos)**

Em notas a artigos da LGT [1.2]

Decreto-Lei nº 93/2017, de 1 de agosto – Arts. 16º, 17º, 18º e 21º – Regulamentação, prevalência, direito subsidiário e entrada em vigor do serviço público de notificações eletrónicas associado à morada única digital – Nota ao art. 19º da LGT [1.2]	39
Disposições transitórias relativas a procedimentos para completar a criação de caixa postal eletrónica – Nota ao art. 19º da LGT [1.2]	39
Portaria nº 291/2003, de 8 de abril – Taxa dos juros legais e dos estipulados sem determinação de taxa ou quantitativo – Nota ao art. 35º da LGT [1.2]	41
Lei nº 9/2019, de 1 de fevereiro - Art. 3º - Aplicação no tempo, direito a juros indemnizatórios em caso de pagamento indevido de prestações tributárias fundado em normas inconstitucionais ou ilegais – Nota ao art. 43º da LGT [1.2]	42
Decreto-Lei nº 73/99, de 16 de março – Regime dos juros de mora das dívidas ao Estado e a outras entidades públicas – Nota ao art. 44º da LGT [1.2]	43
Avisos do IGCP que fixam a taxa de juros de mora – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo	43
Lei nº 39/2018, de 8 de agosto - Art. 3º - Disposição transitória, prazo mínimo de antecedência para disponibilização no Portal das Finanças de formulários digitais de IRS e IRC – Nota ao art. 59º da LGT [1.2]	47
Portaria nº 256/2017, de 14 de agosto – Regulamenta a publicação pela AT da informação relativa às transferências e envios de fundos e a que deve ser incluída no relatório sobre a evolução do combate à fraude e à evasão fiscais – Nota ao art. 63º-A da LGT [1.2]	49
Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro Art. 295º nº 2 - Norma transitória, informação do Banco de Portugal para a AT (<i>Transferências e envio de fundos para paraísos fiscais</i>) Art. 303º - Regimes excecionais de regularização tributária (RERT) – Notas ao art. 63º-A da LGT [1.2]	49
Medidas de transparência contributiva, consulta direta em processo executivo e interconexão de dados entre determinadas entidades e a AT – Nota ao art. 64º da LGT [1.2]	52
Portaria nº 972/2009, de 31 de agosto – Regulamenta o regime jurídico das informações vinculativas – Nota ao art. 68º da LGT [1.2]	54
Despacho nº 7689/2017, de 01 de setembro (DR, 2.ª Série) - Determina à AT o levantamento das informações vinculativas não publicadas agilizando a sua futura publicação, a publicação de ora em diante de todas as informações vinculativas prestadas e a publicação anual das regras de liquidação do IRS – Nota ao art. 68º da LGT [1.2]	54
Portaria nº 130/2016, de 10 de maio – Define os critérios de seleção dos contribuintes cuja situação tributária deve ser acompanhada pela Unidade dos Grandes Contribuintes (UGC) – Nota ao art. 68º-B da LGT [1.2]	55
Despacho nº 977/2019, da Diretora-Geral da AT, publicado em 28/01 (DR, 2ª série) – Define e identifica entidades a acompanhar pela UGC – Nota ao art. 68º-B da LGT [1.2]	56
Portaria nº 78/2001, de 8 de fevereiro – Remuneração do perito independente no procedimento de revisão da matéria coletável – Nota ao art. 93º da LGT [1.2]	60
Portaria nº 640/99, de 12 de agosto – Funcionamento, estatuto e remuneração dos membros da Comissão Nacional de Revisão – Nota ao art. 94º da LGT [1.2]	60
Lei nº 62/2013, de 26 de agosto – Art. 44º – Alçadas – Nota ao art. 105º da LGT [1.2]	61

Página	Página
Em notas a artigos do CPPT e ao DL que o aprova [1.3]	
Regulamento das Custas Processuais (RCP) – Art. 5º e quadro resumo dos valores da unidade de conta (UC) – Notas ao art. 5º de DL nº 433/99, de 26/10, CPPT [1.3]	67
Decreto-Lei nº 6/2013, de 17 de janeiro – Arts. 9º e 10º – Competências próprias do diretor da Unidade dos Grandes Contribuintes / Serviços periféricos de competência específica – Nota ao art. 6º do DL nº 433/99, de 26/10, CPPT [1.3] ..	68
Código Civil	
Art. 279º – Cômputo do termo (<i>contagem dos prazos</i>) – Nota ao art. 20º do CPPT [1.3]	72
Código de Processo Civil	
Art. 138º – Regra da continuidade dos prazos – Nota ao art. 20º do CPPT [1.3] ..	72
Portaria nº 233/2019, de 25 de julho - Regulamenta o regime das “Notificações e Citações Eletrónicas - Portal das Finanças” (NCEPF) – Nota ao art. 38º-A do CPPT [1.3]	74
Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de abril – Art. 32º – Dispensa de originais de documentos – Nota ao art. 50º do CPPT [1.3]	77
Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA)	
Art. 24º - Processo Eletrónico Artigo 25º - Citações e notificações – Nota ao art. 97º do CPPT [1.3]	85
Código de Processo Civil	
Art. 186º, nºs 1 e 2 – Ineção da petição inicial – Nota ao art. 98º do CPPT [1.3]	86
Disposições transitórias relativas à dispensa de garantia em pagamentos a prestações – Nota ao art. 196º do CPPT [1.3]	98
Portaria nº 493/2002, de 27 de abril – Remuneração dos membros da comissão constituída por promoção do órgão de execução fiscal – Nota ao art. 201º do CPPT [1.3]	100
Lei nº 13/2016, de 23 de maio – Arts. 4º e 5º -Concretização da venda de imóvel afeto a habitação própria e permanente na sequência de penhora ou execução de hipoteca – Nota ao art. 244º do CPPT [1.3]	105
Portaria nº 219/2011, de 1 de junho – Aprova os procedimentos e especificações técnicas a observar na venda de bens penhorados em processo de execução fiscal através de venda judicial, na modalidade de leilão eletrónico – Nota ao art. 248º do CPPT [1.3]	106
Portaria nº 352/2002, de 3 de abril – Divulgação das vendas no processo judicial de execução fiscal através da Internet – Nota ao art. 249º do CPPT [1.3]	106
Em notas a artigos do RGIT [1.4]	
Código Penal	
Art. 202º, alíneas a) e b) – Definições legais (<i>Valor elevado e valor consideravelmente elevado</i>) – Nota ao art. 11º do RGIT [1.4]	116
Lei nº 49/2008, de 27 de agosto – Art. 7º – Competência da Polícia Judiciária em matéria de investigação criminal – Nota ao art. 41º do RGIT [1.4]	119
Decreto-Lei nº 93/2003, de 30 de abril – Disciplina as condições de acesso e análise, em tempo real, da informação pertinente para a investigação dos crimes tributários pela Polícia Judiciária e pela administração tributária – Nota ao art. 41º do RGIT [1.4]	120
Em notas a artigos do RJAT [1.6]	
Portaria nº 112-A/2011, de 22 de março – Vincula a Direção-Geral dos Impostos e a Direção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (<i>atual Autoridade Tributária e Aduaneira</i>) à jurisdição do Centro de Arbitragem Administrativa – Nota ao art. 4º do RJAT [1.6]	147
Regulamento de Custas nos Processos de Arbitragem Tributária, aprovado pelo Centro de Arbitragem Administrativa em 2011 – Nota ao art. 12º do RJAT [1.6]	149
Em notas a artigos do ETAF [1.7]	
Lei nº 62/2013, de 26 de agosto – Art. 44º – Alçadas – Nota ao art. 6º do ETAF [1.6]	156
Em notas a artigos do CIRS [2.1]	
Diplomas que estabelecem os limites legais do subsídio de refeição, das ajudas de custo e do subsídio de transporte em automóvel próprio – Notas ao art. 2º, nº 3 b) 2) e d), do CIRS [2.1] – Quadro resumo	178
Abono para falhas – Fórmula de cálculo do limite mensal a excluir de tributação – Nota ao art. 2º, nº 3 c), do CIRS [2.1]	178
Indemnização por cessação do contrato de trabalho – Fórmula de cálculo do limite a excluir de tributação – Nota ao art. 2º, nº 4 b), do CIRS [2.1]	178
Despacho nº 4943/2018, de 18 de maio (DR, 2ª série) – Aprova a percentagem dos rendimentos brutos da categoria A auferidos pelo desempenho no estrangeiro de funções ou comissões de caráter público ao serviço do Estado Português não sujeita a IRS para cada país – Nota ao art. 2º-A do CIRS [2.1]	179
Decreto-Lei nº 128/2014, de 29 de agosto – Art. 2º, 3º, 4º e 22º – Exploração dos estabelecimentos de alojamento local – Nota ao art. 4º, nº 1, do CIRS [2.1]	180
Código Civil – Art. 1101º - Denúncia pelo senhorio (contrato de arrendamento) – Nota ao art. 9º do CIRS [2.1]	182
Mais-valias ou menos-valias fiscais (categoria G) – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 10º, nº 1, do CIRS [2.1]	184
Despacho nº 19 316/2010, publicado em 30 de dezembro – Bolsas de formação desportiva para efeitos fiscais – Nota ao art. 12º do CIRS [2.1]	186
Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro - Art. 259º - Disposição transitória em sede de IRS, regime fiscal aplicável a ex-residentes – Nota ao art. 12º-A do CIRS [2.1]	186
Diplomas que estabelecem os valores da retribuição mínima mensal garantida (RMMG), do indexante de apoios sociais (IAS) e da pensão mínima do regime geral (PMRG) – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo	187
Lei nº 7/2001, de 11 de maio – Medidas de proteção das uniões de facto – Nota ao art. 14º do CIRS [2.1]	187
Lista dos Estados membros do Espaço Económico Europeu (EEE) – Nota ao art. 17º-A do CIRS [2.1]	189
Empréstimo sem juros ou com taxa de juro inferior à de referência, concedido ou suportado pela entidade patronal – Fórmulas de cálculo dos rendimentos em espécie – Nota ao art. 24º, nº 3, do CIRS [2.1]	191
Uso ou aquisição de viatura que tenha originado encargos para a entidade patronal – Fórmulas de cálculo dos rendimentos em espécie – Nota ao art. 24º, nºs 5, 6 e 7, do CIRS [2.1]	191
Portaria nº 383/2003, de 14 de maio – Tabela de coeficientes de desvalorização acumulada para cálculo do valor de mercado de viatura adquirida por trabalhador ou membro de órgão social – Nota ao art. 24º, nº 7, do CIRS [2.1]	192
Lei nº 21/85, de 30 de julho - Art. 17º nº 1 g) Lei nº 143/99, de 31 de agosto - Art. 4º nº 1 Lei nº 67/2019, de 27 de agosto - Art. 111º nº 1 j) Dedução específica da cat. A do IRS de magistrados judiciais (Juizes) e de magistrados do Ministério Público (Procuradores) relativa a quantias despendidas com a valorização profissional e trajo profissional – Nota ao art. 25º do CIRS [2.1]	192
Portaria nº 543/2000, de 4 de agosto – Tabela para determinação da parte das contribuições da entidade patronal considerada como rendimento do trabalho dependente – Nota ao art. 26º do CIRS [2.1]	192

Página	Página
Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro: Art. 228º nº 2 - Evolução do regime simplificado; Art. 158º - Mais-valias resultantes de indemnizações por danos causados por incêndios florestais – Notas ao art. 31º do CIRS [2.1]	Encargos com ajudas de custo e compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador ao serviço da entidade patronal (Enquadramento fiscal em IRS e IRC) – Nota ao art. 23º-A, nº 1 h), do CIRC [2.2] – Quadro resumo
194	245
Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro - Art. 261º - Medidas transitórias sobre despesas e encargos relacionados com a atividade empresarial ou profissional de sujeitos passivos de IRS a aplicar à declaração de rendimentos de IRS relativa ao ano de 2018 – Nota ao art. 31º do CIRS [2.1]	Portaria nº 279/2014, de 30 de dezembro – Fixa a taxa de juro anual a aplicar ao valor dos suprimentos e empréstimos feitos pelos sócios à sociedade – Nota ao art. 23º-A, nº 1 m), do CIRC [2.2]
194	246
Portaria nº 1 041/2001, de 28 de agosto – Limites para as viaturas na categoria B do IRS e nas sociedades de profissionais em IRC – Nota ao art. 33º do CIRS [2.1] 195	Gastos relativos à participação nos lucros por membro de órgãos sociais, titular de parte do capital social – Fórmula de cálculo do limite considerado gasto fiscal – Nota ao art. 23º-A, nº 1 o), do CIRC [2.2]
195	246
Decreto-Lei nº 372/2007, de 6 de novembro – Anexo, art. 2º, nºs 2 e 3 – Efetivos e limiares financeiros que definem as categorias de pequenas e micro empresas – Nota ao art. 43º do CIRS [2.1]	Lei nº 98/2019, de 4 de setembro - Arts. 3º e 4º - Imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras de períodos anteriores e período de adaptação (2019 e seguintes) - Nota ao art. 28º-C do CIRC [2.2]
197	248
Decreto Regulamentar nº 1/2019, de 4 de fevereiro - Fixa o universo dos sujeitos passivos de IRS abrangidos pela declaração automática de rendimentos – Nota ao art. 58º-A do CIRS [2.1]	Decretos Regulamentares nº 13/2018, de 28/12 (período de 2018), nº 11/2017, de 28/12 (período de 2017), nº 5/2016, de 18/11 (período de 2016) e nº 19/2015, de 30/12 (período de 2015) - Estabelecem os limites máximos das perdas por imparidade e outras correções dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em IRC – Nota ao art. 28º-C do CIRC [2.2]
200	248
Lei nº 3/2017, de 16 de janeiro – Regime transitório de opção pela tributação conjunta, em sede de IRS, em declarações relativas a 2015 entregues fora dos prazos legalmente previstos – Nota ao art. 59º do CIRS [2.1]	Portaria nº 467/2010, de 7 de julho – Define o custo de aquisição ou o valor de reavaliação das viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, incluindo os veículos elétricos, cujas depreciações da parte excedente não são considerados gastos fiscais – Nota ao art. 34º do CIRC [2.2]
201	250
Tabelas práticas para aplicação das taxas gerais do IRS a residentes no Continente – Nota ao art. 68º do CIRS [2.1]	Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro – Art. 183º – Alteração da política contabilística relativa a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego – Nota ao art. 43º do CIRC [2.2]
202	253
Taxa adicional de solidariedade – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 68º-A do CIRS [2.1]	Mais-valias e menos-valia fiscais – Fórmula de cálculo – Nota ao art. 46º, nº 2, do CIRC [2.2]
203	255
Lei nº 3/2019, de 9 de janeiro - Arts. 3º, 4º e 5º - Programas de construção para renda acessível, regulamentação, entrada em vigor, aplicação no tempo e produção de efeitos – Nota ao art. 72º do CIRS [2.1]	Portarias que estabelecem os coeficientes de desvalorização da moeda – Nota ao art. 47º, nº 1, do CIRC [2.2] – Quadro resumo
205	255
Portaria nº 110/2019, de 12 de abril - Regulamenta os termos e as condições previstas nos nºs 2 a 5 do art. 72º do CIRS de que depende o direito à redução da taxa especial aplicável a rendimentos prediais – Nota ao art. 72º do CIRS [2.1]	Dedução de prejuízos fiscais nas entidades residentes que exerçam a título principal uma atividade e nas não residentes com estabelecimento estável – Quadro resumo – Nota ao art. 52º, nº 1, do CIRC [2.2]
206	260
Portaria nº 12/2010, de 7 de janeiro – Tabela de atividades de elevado valor acrescentado para efeitos dos arts. 72º nº 10, 81º nº 5, 99º nº 8 e 101º nº 1 d) do CIRS (<i>regime fiscal do residente não habitual</i>) – Nota ao art. 72º do CIRS [2.1] .	Portaria nº 273/2014, de 24 de dezembro – Define os elementos que devem instruir o pedido de autorização de dedução de prejuízos fiscais – Nota ao art. 52º, nº 13, do CIRC [2.2]
206	260
Portaria nº 230/2019, de 23 de julho - Arts. 4º e 5º - Entrada em vigor, produção de efeitos e disposição transitória das alterações à tabela de atividades de elevado valor acrescentado para efeitos do regime fiscal do residente não habitual – Nota ao artigo único e tabela da Portaria nº 12/2010, de 07/01, junto ao art. 72º do CIRS [2.1]	Dedução de prejuízos fiscais e menos valias nas entidades residentes que não exerçam a título principal uma atividade – Quadro resumo – Nota ao art. 53º, nº 2, do CIRC [2.2]
207	261
Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro - Art 260º - Medidas transitórias sobre deduções a coleta a aplicar à declaração de rendimentos de IRS relativa a 2018 – Nota ao art. 78º do CIRS [2.1]	Normas transitórias relativas aos resultados internos que tenham sido eliminados ao abrigo do anterior regime de tributação pelo lucro consolidado, ainda pendentes em 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 – Nota ao art. 70º do CIRC [2.2]
209	269
Portaria nº 368/2017, de 11 de dezembro – Define os procedimentos de comunicação à AT da identificação fiscal dos prestadores de serviços de fornecimento de refeições escolares – Nota ao art. 78º-D do CIRS [2.1]	Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro - Art. 158º - Mais-valias resultantes de indemnizações por danos causados por incêndios florestais – Nota ao art. 86º-B do CIRC [2.2]
212	276
Crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional (método da imputação normal) – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 81º, nºs 1 e 2, do CIRS [2.1]	Coleta do IRC por aplicação das taxas previstas nos nºs 1 e 2, em função do tipo de sujeito passivo e do montante da matéria coletável – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 87º, nºs 1 e 2, do CIRC [2.2]
214	276
Normas que estabelecem a transmissão de dados da Segurança Social e a CGA para a AT – Nota art. 121º do CIRS [2.1]	Decreto-Lei nº 372/2007, de 6 novembro – Art. 2º do Anexo – Efetivos e limiares financeiros que definem as categorias de micro, pequenas e médias empresas (PME) – Nota ao art. 87º, nº 2, do CIRC [2.2]
223	276
Portaria nº 1 011/2001, de 21 de agosto – Tabela de atividades – Nota ao art. 151º do CIRS [2.1]	Derrama estadual – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 87º-A do CIRC [2.2]
226	277
Portaria nº 22/2017, de 12 de janeiro - Fixa os procedimentos a ser observados pelas pessoas coletivas de utilidade pública que desenvolvam atividades de natureza e interesse cultural que queiram beneficiar de consignação da quota equivalente a 0,5% do IRS liquidado – Nota ao art. 152º do CIRS [2.1]	Lei nº 64/2008, de 5 de dezembro – Art. 4º – Tributação autónoma para empresas de fabricação ou distribuição de produtos petrolíferos refinados – Nota ao art. 88º do CIRC [2.2]
227	278
Em notas a artigos do CIRC [2.2]	
Lei nº 70/2013, de 30 de agosto – Art. 57º – Disposições fiscais dos regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho (FCT) e do fundo de garantia de compensação do trabalho (FGCT) – Nota ao art. 20º do CIRC [2.1]	Despacho nº 15 598/2014, de 26 de dezembro – Aprova os formulários modelos 01-DJR e 02-DJR, para efeitos de isenção ou redução de retenção na fonte de IRC e de reembolso de IRC retido na fonte, relativamente a pagamentos de juros e ou <i>royalties</i> efetuados a sociedades associadas de diferentes Estados-Membros da União Europeia e da Confederação Suíça – Nota ao art. 98º do CIRC [2.2]
243	282

	Página		Página
Pagamentos por conta do IRC – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 105º do CIRC [2.2]	284	Decreto-Lei nº 153/2014, de 20 de outubro – Arts. 26º e 35º – Faturação prevista nos regimes jurídicos aplicáveis à produção de eletricidade destinada ao autoconsumo e ao da venda à rede elétrica de serviço público a partir de recursos renováveis, por intermédio de unidades de pequena produção – Nota ao 36º, nº 11, do CIVA [3.1]	324
Pagamentos adicionais por conta do IRC – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 105º-A do CIRC [2.2]	284	Base tributável nas faturas com IVA incluído – Fórmula de cálculo – Nota ao art. 49º do CIVA [3.1]	326
Lei nº 10-A/2017, de 29 março – Reduz o pagamento especial por conta (períodos de 2017 e 2018) e cria condições para a sua substituição por um regime adequado de apuramento da matéria coletável – Nota ao art. 106º do CIRC [2.2]	285	Portaria nº 19/2015, de 4 de fevereiro – Aprova o modelo de pedido de compensação forfetária do IVA pelos produtores agrícolas e respetivas instruções de preenchimento – Nota ao 59º-B, nº 4, do CIVA [3.1]	328
Pagamento especial por conta do IRC – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 106º do CIRC [2.2]	286	Portaria nº 172/2015, de 5 de junho – Define o procedimento para apresentação do pedido de autorização prévia de regularizações de IVA e aprova o modelo a utilizar para o efeito e respetivas instruções de preenchimento – Nota ao 78º-B, do CIVA [3.1]	333
Lei nº 98/2017, de 24 de agosto – Arts. 13º e 14º - Fontes auxiliares de interpretação e disposição transitória – Nota ao art. 121º-A do CIRC [2.2]	290	Despacho nº 14 839/2005, publicado em 7 de julho – Responsabilidade solidária pelo pagamento do IVA – Nota ao art. 80º do CIVA [3.1]	335
Portaria nº 92-A/2011, de 28 de fevereiro Portaria nº 51/2018, de 16 de fevereiro – Definem os elementos que integram o dossier fiscal e aprovam diversos modelos de mapas – Nota ao art. 130º do CIRC [2.2]	292/293	Portaria nº 185/99, de 20 de março – Definição de calçado ortopédico que, prescrito por receita médica, fica sujeito à taxa reduzida de IVA – Nota à verba 2.6 da Lista I anexa ao CIVA [3.1]	339
Em notas a artigos do CIVA [3.1]		Despacho nº 26 026/2006, publicado em 22 de dezembro – Lista de bens concebidos especificamente para utilização por pessoas com deficiência, a cujas transmissões é aplicável a taxa reduzida de IVA – Nota à verba 2.9 da Lista I anexa ao CIVA [3.1]	339
Lista dos Estados membros da União Europeia e datas de adesão – Nota ao art. 1º, nº 2 b) do CIVA [3.1]	303	Em notas a artigos do RITI [3.2]	
Portaria nº 521/89, de 8 de julho – Limites e condições da não sujeição a IVA das entregas de vinho feitas pelas cooperativas aos seus sócios para as necessidades do seu consumo familiar – Nota ao art. 3º, nº 6, do CIVA [3.1]	304	Montante a partir do qual ficam sujeitas a tributação no Estado membro de destino as aquisições intracomunitárias de bens efetuadas por sujeitos passivos que pratiquem exclusivamente operações isentas sem direito à dedução, bem como as efetuadas pelo Estado e demais pessoas coletivas de direito público quando atuem na qualidade de não sujeitos passivos – Nota ao art. 5º do RITI [3.2] – Quadro resumo	346
Portaria nº 1 158/2000, de 7 de dezembro – Limites e condições da não sujeição a IVA das entregas de azeite feitas pelas cooperativas aos seus sócios para as necessidades do seu consumo familiar – Nota ao art. 3º, nº 6, do CIVA [3.1]	304	Montante a partir do qual as vendas à distância são obrigatoriamente sujeitas a tributação no Estado membro de destino – Nota ao art. 10º do RITI [3.2] – Quadro resumo	347
Portaria nº 497/2008, de 24 de junho – Regulamenta as condições delimitadoras do conceito de amostras e ofertas de pequeno valor e define os procedimentos e obrigações contabilísticas a cumprir pelos sujeitos passivos, para efeitos de exclusão de tributação em IVA – Nota ao art. 3º, nº 7, do CIVA [3.1]	304	Estrutura do número de identificação fiscal (NIF), para efeitos de IVA, relativamente a cada Estado membro – Nota ao art. 27º do RITI [3.2] – Quadro resumo	350
Tratado sobre o Funcionamento da UE – Art. 29º – Definição do que se considera produtos em livre prática – Nota ao art. 5º do CIVA [3.1]	305	Em notas a artigos do CIEC [3.3]	
Lei nº 71/2013, de 2 de setembro - Arts. 2º, 3º, 7º, 8º e 8º-A – Regulamenta o exercício profissional das atividades terapêuticas não convencionais, conferindo-lhe o mesmo regime de isenção de IVA aplicável às profissões paramédicas – Nota ao art. 9º nº 1) do CIVA [3.1]	310	Normas transitórias relativas à introdução no consumo de bebidas não alcoólicas (adicionadas de açúcar ou outros edulcorantes) – Consignação da receita ao setor da saúde – Notas ao art. 87º-A do CIEC [3.3].....	370
Despacho Normativo nº 118/85, de 31 de dezembro – Definição do número limite de manifestações ocasionais abrangidas pela isenção – Nota ao art. 9º, nº 20), do CIVA [3.1]	310	Normas que estabelecem adicionais à taxa de ISP e à taxa de adicionamento sobre as emissões de CO2 – Notas ao art. 92º do CIEC [3.3]	373
Despacho Normativo nº 51/86, de 28 de junho – Sujeição a IVA dos produtores de flores e plantas ornamentais – Nota ao art. 9º, nº 33), do CIVA [3.1]	310	Normas transitórias de redução do ISP/subsídios à pequena pesca artesanal e costeira, aos pequenos agricultores e aquicultores – Nota ao art. 93º do CIEC [3.3]	375
Despacho nº 6 428/2006, publicado em 21 de março – Ajudas comunitárias relativas às forragens secas – Nota ao art. 16º do CIVA [3.1]	314	Normas transitórias relativas à introdução no consumo e comercialização de produtos de tabaco – Nota ao art. 109º do CIEC [3.3]	381
Taxas de IVA aplicáveis em cada Estado membro da União Europeia – Nota ao art. 18º do CIVA [3.1] – Quadro resumo	315	Em notas a artigos do CIMI e ao DL que o aprova [4.1]	
Decreto-Lei nº 347/85, de 23 de agosto – Taxas de IVA aplicáveis nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e regras de localização das operações nessas regiões – Nota ao art. 18º, nº 3, do CIVA [3.1]	315	Lei nº 60-A/2011, de 30 de novembro – Art. 10º – Entrada em vigor e produção de efeitos das normas de alteração relativas à avaliação geral de imóveis – Nota ao art. 15º do DL nº 287/2003, de 12/11 [4.1]	386
Método da percentagem de dedução ou <i>pro rata</i> – Fórmula de cálculo – Nota ao art. 23º do CIVA [3.1]	318	Portaria nº 1 337/2003, de 5 de dezembro – Coeficientes desvalorização da moeda a aplicar para a atualização dos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos não arrendados e dos prédios rústicos – Nota ao art. 16º, nº 2, do DL nº 287/2003, de 12/11 [4.1]	388
Portaria nº 215/2017, de 20 de julho - Regulamenta a forma e prazo de exercício da opção para pagamento do IVA devido pelas importações de bens através da declaração periódica – Nota ao art. 27º do CIVA [3.1]	319	Despacho nº 1 693/2005-XVII, do SEAF, de 20 de dezembro - Regularização dos imóveis sem NIF – Nota ao art. 23º do DL nº 287/2003, de 12/11 [4.1]	389
Portaria nº 375/2003, de 10 de maio – Envio por transmissão eletrónica de dados da declaração periódica de IVA – Nota ao art. 29º do CIVA [3.1]	321		

Página	Página
Lei nº 51/2018, de 16 de agosto - Art. 9º - Norma transitória referente à isenção de IMI dos prédios do património imobiliário público – Nota ao art. 11º do CIMI [4.1] 393	Portaria nº 44/2011, de 26 de janeiro – Taxas a aplicar nos processos de regularização de veículos usados no território nacional – Nota ao art. 11º do CISV [4.4] 451
Isonção de IMI para sujeitos passivos de baixos rendimentos – Limites do rendimento bruto do agregado familiar e do VPT global dos prédios rústicos e urbanos – Nota ao art. 11º-A do CIMI [4.1] 393	Em notas a artigos do CIUC [4.5]
Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro - Art. 288º - Valor patrimonial tributário de prédios urbanos afetos a atividade pecuária, agrícola ou de aquicultura – Nota ao art. 38º do CIMI [4.1] 397	Normas que estabelecem o adicional em sede de IUC para veículos a gásóleo enquadráveis nas categorias A e B – Nota (1) ao art. 10º CIUC [4.5] 467
Portaria nº 420-A/2015, de 31 de dezembro – Aprova os coeficientes de localização mínimos e máximos a aplicar em cada município, o zonamento, os coeficientes de localização correspondentes a cada zona de valor homogéneo, as percentagens correspondentes à área de implantação e os coeficientes majorativos aplicados às moradias unifamiliares – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] 401	Normas que estabelecem uma redução percentual a aplicar às emissões de CO ₂ – WLTP – Nota (2) ao art. 10º do CIUC [4.5] 467
Portaria nº 1434/2007, de 6 de novembro – Diretrizes relativas à apreciação da qualidade construtiva, da localização excecional, da localização e operacionalidade relativas e do estado deficiente de conservação, para efeitos da aplicação das tabelas I e II referidas no nº 1 do art. 43º do CIMI – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] 401	Em notas a artigos da Contribuição sobre o Setor Bancário [4.8]
Portarias que fixam o valor médio de construção – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo 401	Portaria nº 121/2011, de 30 de março – Regulamenta o regime da contribuição sobre o setor bancário – Nota aos arts. 5º e 8º [4.8] 493
Portaria nº 111/2017, de 9 de janeiro – Aprova a lista de prédios para efeitos de avaliação de IMI – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] 402	Em notas a artigos da Contribuição sobre o Setor Energético [4.9]
Decreto-Lei nº 159/2006, de 8 agosto - Conceito de prédio devoluto para efeitos da aplicação da taxa do IMI (arts. 112.º e 112.º-B do CIMI) e demais finalidades relacionadas com políticas de habitação, urbanismo e reabilitação urbana – Nota ao art. 112º do CIMI [4.1] 407	Portaria nº 157-B/2015, de 28 de maio – Define os parâmetros e valores para apuramento da taxa de desconto a aplicar na contribuição extraordinária sobre o setor energético, tendo em conta a duração dos contratos, as quantidades contratadas e o preço estimado do gás natural – Nota ao art. 3º [4.9] 495
Adicional ao IMI – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 135º-F do CIMI [4.1] 413	Portaria nº 92-A/2017, de 2 de março – Define os parâmetros e valores para o apuramento do valor do excedente do valor económico equivalente dos contratos de aprovisionamento de longo prazo em regime de «take-or-pay» – Nota ao art. 3º [4.9] 496
Em notas a artigos do CIMT [4.2]	Em notas a artigos da Contribuição sobre os Sacos de Plástico Leves [4.11]
Decreto-Lei nº 275/93, de 5 de agosto – Art. 61º – Isenção de IMT (<i>time-sharing</i>) – Nota ao art. 6º do CIMT [4.2] 420	Portaria nº 286-B/2014, de 31 de dezembro – Regulamenta a contribuição sobre os sacos de plástico leves – Nota ao art. 40º [4.11] 504
Lei nº 111/2015, de 27 de agosto - Art. 51º - Isenções de emolumentos, IMT, ISelo e IMI em resultado de determinadas operações relativas a prédios rústicos – Nota ao art. 6º do CIMT [4.2] 420	Despacho nº 850-A/2015, de 27 de janeiro – Estabelece o mecanismo voluntário de declaração de sacos de plástico leves relativamente aos quais não tenha sido liquidada e paga a contribuição criada pela Lei nº 82-D/2014, de 31/12, e regulamentada pela Portaria nº 286-B/2014, de 31/12, pelos operadores económicos que não sejam sujeitos passivos da contribuição sobre os sacos de plástico leves – Nota ao art. 40º [4.11] 506
Lei nº 21/90, de 4 de agosto – Artigo único – Redução do IMT nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira – Nota ao art. 17º do CIMT [4.2] 424	Em notas a artigos do EBF [5.1]
Tabelas práticas para aplicação das taxas do IMT (habitação própria e permanente e habitação – Continente e Regiões Autónomas) – Nota ao art. 17º do CIMT [4.2] 424	Disposições transitórias que prorrogam normas que consagram benefícios fiscais – Notas ao art. 3º do EBF [5.1] 512
Em notas a artigos do CISelo [4.3]	Decreto-Lei nº 7/2015, de 13 de janeiro – Arts. 7º e 8º – Regime transitório e reavaliação da reforma da tributação dos organismos de investimento coletivo – Nota ao art. 22º do EBF [5.1] 518
Normas transitórias que isentam de imposto do selo a constituição de garantias a favor do Estado ou das instituições de segurança social, como um dos incentivos fiscais ao financiamento – Nota ao art. 7º, nº 1 u), do CISelo [4.3] 435	Decreto-Lei nº 19/2019, de 28 de janeiro - Art. 11.º-A - Regime fiscal das sociedades de investimento e gestão imobiliária (SIGI) - Nota ao art. 22º do EBF [5.1] 519
Lei nº 55-A/2012, de 29 de outubro – Art. 6º – Disposições transitórias para prédios urbanos com VPT igual ou superior a € 1 000 000 – Nota à verba 28.1 (<i>Revogada</i>) da TGISelo [4.3] 445	Despacho nº 11 485/2015, de 14 de outubro – Aprova o formulário modelo 27-RFI, destinado ao reembolso total ou parcial de imposto português que tenha sido retido na fonte sobre rendimentos pagos por organismos de investimento coletivo a sócios e participantes não residentes em território português – Nota ao art. 22º-A do EBF [5.1] 520
Em notas a artigos do CISV e à Lei que o aprova [4.4]	Normas transitórias que isentam de IRS ou de IRC os juros de empréstimos externos (<i>Schuldscheindarlehen</i> e <i>Reminbi</i>) celebrados pelo IGCP – Notas ao art. 32º-B do EBF [5.1] 524
Decreto-Lei nº 43/76, de 20 de janeiro – Art. 15º – Extensão de regalias para os deficientes das forças armadas (DFA) com percentagem de incapacidade igual ou superior a 60 % – Nota ao art. 13º, nº 3, da Lei nº 22-A/2007, de 29/06 (diploma que aprova o CISV e o CIUC) [4.4] 447	Normas transitórias que isentam de IRC os ganhos obtidos por instituições financeiras não residentes na realização de operações de reporte, como um dos incentivos fiscais ao financiamento – Nota ao art. 32º-C do EBF [5.1] 525
Lei nº 36/91, de 27 de julho – Art. 3º – Isenção do imposto automóvel (atual ISV) para veículos perdidos ou abandonados ou adquiridos pelo Estado – Nota ao art. 13º, nº 3, da Lei nº 22-A/2007, de 29/06 (diploma que aprova o CISV e o CIUC) [4.4] 448	Normas transitórias que isentam de Imposto do Selo as operações de reporte de valores mobiliários – Nota ao art. 32º-D do EBF [5.1] 525
	Normas transitórias que isentam de IRS e IRC rendimentos de valores mobiliários – Nota ao art. 40º-A do EBF [5.1] 530
	Código das Sociedades Comerciais - Art. 35º - Perda de metade do capital – Nota ao art. 43º-B do EBF [5.1] 532

Página	Página
Portaria n.º 195/2018, de 5 de julho - Define o conceito de setor tecnológico para efeitos do incentivo fiscal à aquisição de participações sociais pelos trabalhadores – Nota ao art. 43.º-C do EBF [5.1] 532	Em notas à legislação da R. A. Madeira [6.3]
Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro – Arts. 2.º, 31.º e 32.º – Isenções e outros benefícios no arrendamento apoiado para habitação – Nota ao art. 44.º do EBF [5.1] 534	Tabelas práticas para aplicação das taxas gerais do IRS a residentes na R.A. da Madeira – Nota ao art. 2.º do D. Leg. Regional n.º 3/2001/M [6.3.1] 581
Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro – Art. 160.º – Interconexão de dados entre a Direção-Geral das Atividades Económicas e a AT – Nota ao art. 44.º do EBF [5.1] 534	Taxa adicional de solidariedade – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 2.º-A do D. Leg. Regional n.º 3/2001/M [6.3.1] 582
Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro – Art. 25.º-A – Regime fiscal d a entidade central de armazenagem nacional na gestão das reservas estratégicas de produtos de petróleo – Nota ao Capítulo VIII do EBF [5.1] 537	Coleta do IRC por aplicação das taxas em função do tipo de sujeito passivo e do montante da matéria coletável – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 2.º do D. Leg. Regional n.º 2/2001/M, de 20/02 [6.3.2] 583
Decreto-Lei n.º 45/2018, de 19 de junho - Art. 16.º - Regime transitório aplicável ao incentivo à produção cinematográfica e audiovisual – Nota ao art. 59.º-F do EBF [5.1] 540	Diplomas que mantêm em vigor e alteram a derrama regional – Nota ao art. 3.º do D. Leg. Regional n.º 14/2010/M [6.3.2] 584
Portaria n.º 490/2018, de 28 de setembro – Art. 7.º - Regime transitório (<i>Produção de efeitos da revogação do incentivo fiscal à produção cinematográfica e audiovisual</i>) – Nota ao art. 59.º-F do EBF [5.1] 541	Diplomas que mantêm em vigor e alteram o regime da contribuição sobre o setor bancário na R.A. Madeira – Nota ao art. 17.º do D. Leg. Regional n.º 2/2011/M [6.3.3] 585
Decreto-Lei n.º 22/2017, de 22 de fevereiro – Arts. 2.º e 3.º – Incentivo com natureza de auxílios de estado à produção cinematográfica – Nota ao art. 59.º-F do EBF [5.1] 541	Portaria n.º 77/2011, de 7 de julho – Regulamenta o Regime da Contribuição sobre o Setor Bancário, para vigorar na R.A. Madeira – Nota aos arts. 21.º e 24.º do D. Leg. Regional n.º 2/2011/M [6.3.3] 586
Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro – Art. 266.º n.º 2 Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro – Art. 294.º n.º 1 – Donativos à Estrutura de Missão para as Comemorações do V Centenário da Circum-Navegação – Nota ao art. 62.º-B do EBF [5.1] 546	Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2017/M, de 23 de fevereiro Regulamenta o regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo de valor igual ou superior a 500 000 euros, na R. A. da Madeira – Nota aos art. 2.º do D. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06 [6.3.4] 588
Em notas a artigos do CFI [5.2]	
Despacho de 23 de janeiro de 2015 – Esclarecimento sobre o Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE II) – Nota ao art. 37.º do CFI [5.2] 560	Em notas ao Regime financeiro das autarquias locais [6.4]
Portaria n.º 282/2014, de 30 de dezembro – Define os códigos de atividade económica (CAE) correspondentes a várias atividades objeto dos projetos de investimento produtivo – Regulamentação do n.º 3 do art. 2.º do CFI [5.2] 562	Lei n.º 42/2017, de 14 de junho – Art. 7.º, n.º 2 – Benefícios ou isenções fiscais para imóveis de interesse histórico e cultural ou social local a conceder pelos municípios – Nota ao art. 16.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09 [6.4] 600
Portaria n.º 94/2015, de 23 de março – Procede à regulamentação do regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo – Regulamentação do Capítulo II, arts. 2.º a 21.º, do CFI [5.2] 562	Participação variável no IRS – Fórmula de cálculo da dedução à coleta – Nota ao art. 26.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09 [6.4] 602
Portaria n.º 297/2015, de 21 de setembro – Procede à regulamentação do regime fiscal de apoio ao investimento (RFAI) e do regime da dedução por lucros retidos e reinvestidos (DLRR) – Regulamentação dos Capítulos III e IV, arts. 22.º a 34.º, do CFI [5.2] 564	Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto - Art. 8.º - Norma transitória relativa à participação dos municípios no IVA – Nota art. 26.º-A da Lei n.º 73/2013 de 03/09 [6.4] 602
Em notas à legislação da R. A. Açores [6.2.1]	
Tabelas práticas para aplicação das taxas gerais do IRS com redução e fórmula de cálculo para as restantes taxas de retenção na fonte e de tributação autónoma de IRS – Notas ao art. 4.º do D. Leg. Regional n.º 2/99/A, de 20/01 [6.2.1] 573	Em notas a outros diplomas da Legislação Complementar [7]
Coleta do IRC por aplicação das taxas em função do tipo de sujeito passivo e do montante da matéria coletável, com a redução prevista para a R. A. dos Açores – Fórmulas de cálculo – Notas ao art. 5.º do D. Leg. Regional n.º 2/99/A, de 20/01 [6.2.1] 573	Decreto-Lei n.º 363/2007, de 2 novembro – Microprodução de eletricidade: Art. 12.º, n.º 4 – Faturação (<i>Revogado</i>) Art. 12.º, n.º 5 – Regime especial do IVA Art. 12.º, n.º 6 – Exclusão de tributação em IRS (<i>Revogado</i>) – Nota ao art. 10.º do DL n.º 122/88, de 20/04 [7] 616
Normas que determinam os setores estratégicos da economia onde os lucros reinvestidos beneficiam de deduções à coleta de IRC e IRS – Nota ao art. 6.º do D. Leg. Regional n.º 2/99/A, de 20/01 [6.2.1] 574	Decreto-Lei n.º 34/2011, de 8 de março – Miniprodução de eletricidade: Art. 14.º, n.º 3 – Faturação (<i>Revogado</i>) Art. 14.º, n.º 4 – Regime especial do IVA – Nota ao art. 10.º do DL n.º 122/88, de 20/04 [7] 616
Normas que fixam os valores dos projetos de investimento relevantes para a concessão de benefícios fiscais em regime contratual – Notas ao art. 9.º do D. Leg. Regional n.º 2/99/A, de 20/01 [6.2.1] 574	Despacho Normativo n.º 7-A/2015, de 30 de abril – Regula os procedimentos de reembolso do IRC – Nota ao art. 24.º-A do DL n.º 492/88, de 30/12 [7] 620
Derrama regional – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 2.º do D. Leg. Regional n.º 21/2016/A, de 17/10 [6.2.2] 576	Normas transitórias de revogação e repristinação – Restituição do IVA a IPSS e à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Nota ao art. 2.º do DL n.º 20/90, de 13/01 [7] 632
Pagamento adicional por conta do IRC na R. A. Açores – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 4.º do D. Leg. Regional n.º 21/2016/A, de 17/10 [6.2.2] 576	Portaria n.º 1370/2007, de 19 de outubro (<i>Revogada</i>) – Condições a observar na transposição dos ficheiros informáticos produzidos pelos programas de faturação para suportes eletrónicos não regráveis, destinados a substituir, para efeitos fiscais, os respetivos arquivos em papel – Nota ao art. 5.º, n.º 3, do DL n.º 198/90, de 19/06 [7] 635
	Normas transitórias que estabelecem que o regime de incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil aplica-se igualmente aos processos aprovados pelo IPMAEI no âmbito do SIRME – Nota ao art. 1.º do DL n.º 14/98, de 28/01 [7] 643
	Decreto-Lei n.º 324/2003, de 27 de dezembro – Art. 4.º, n.ºs 6 e 7 – Revogação “genérica” de normas do Regulamento das Custas dos Processos Tributários (RCPT) – Nota ao RCPT aprovado pelo DL n.º 29/98, de 11/02 [7] 645

Página	Página
Portaria n.º 923/99, de 20 de outubro – Montantes devidos pela realização de inspeção a pedido do sujeito passivo ou de terceiro – Nota ao art. 4.º, n.º 3, do DL n.º 6/99, de 8/01 [7] 650	Portaria n.º 426-A/2012, de 28 de dezembro – Aprova o modelo oficial de declaração para a comunicação dos elementos das faturas por transmissão eletrónica de dados – Nota ao art. 3.º do DL n.º 198/2012, de 24/08 [7] 743
Encargos com vales sociais (Vales infância e vales educação – Enquadramento fiscal em IRS e IRC) – Nota ao art. 10.º do DL n.º 26/99, de 28/01 [7] – Quadro resumo 652	Portaria n.º 2/2015, de 6 de janeiro – Define as características e estrutura do ficheiro através do qual deve ser efetuada à AT a comunicação dos inventários – Nota ao art. 3.º-A do DL n.º 198/2012, de 24/08 [7] 744
Portaria n.º 1 423-I/2003, de 31 de dezembro – Regulamento documento único d e cobrança (DUC) – Nota ao art. 12.º, n.º 2, do Regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo DL n.º 191/99, de 5/06 [7] 658	Portaria n.º 160/2004, de 14 de fevereiro – Comissão Interministerial para a Assistência Mútua em Matéria de Cobrança de Créditos (CIAMMCC) respeitantes a impostos, direitos e outras medidas – Nota ao art. 35.º do DL n.º 263/2012, de 20/12 [7] 752
Portaria n.º 796/99, de 15 setembro – Cheques visados – uso obrigatório – Nota ao art. 16.º, n.º 5, do Regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo DL n.º 191/99, de 5/06 [7] 659	Portaria n.º 149/2014, de 24 de julho – Regulamentação do regime de utilização da transmissão eletrónica de dados para o cumprimento de formalidades nas áreas aduaneiras, dos impostos especiais de consumo e do imposto sobre os veículos – Nota ao art. 6.º do DL n.º 21/2013, de 15/02 [7] 759
Decreto-Lei n.º 273/2007, de 30 de julho – Arts. 7.º e 8.º – Reforma da gestão da tesouraria do Estado, mediante a integração da gestão da tesouraria e da dívida pública no IGCP – Nota ao Regime da Tesouraria do Estado, DL n.º 191/99, de 5/06 [7] 659	Portaria n.º 259/2016, de 4 de outubro Portaria n.º 293-A/2016, de 18 de novembro Regulamenta os procedimentos e estabelece as condições do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (REAIID) – Notas aos arts. 10.º n.º 2 e 14.º da Lei n.º 61/2014, de 26/08 [7] 769/770
Portaria n.º 298/2013, de 4 de outubro – Procedimentos a observar pelas entidades que queiram beneficiar dos regimes de donativos ou de consignação da quota do IRS liquidado – Nota ao art. 32.º da Lei n.º 16/2001, de 22/06 [7] 663	Portaria n.º 185/2017, de 1 de junho – Regula o decreto-lei relativo ao <i>Taxfree</i> – Simplificação dos procedimentos de reembolso de IVA aos viajantes – Nota ao art. 7.º do DL n.º 19/2017, de 14/02 [7] 785
Portaria n.º 1 453/2002, de 11 de novembro – Descrição objetiva dos casos previstos e meios de prova para reembolso dos PPR/E – Nota ao art. 4.º, n.º 8, do DL n.º 158/2002, de 2/07 [7] 674	Portaria n.º 12/2018, de 10 de janeiro – Prorroga o prazo durante o qual é possível a opção pelo procedimento previsto no DL n.º 295/87, de 31/07 (<i>Taxfree</i>) – Nota ao art. 9.º do DL n.º 19/2017, de 14/02 [7] 787
Portaria n.º 1 452/2002, de 11 de novembro – Limites anuais por educando a que fica sujeito o reembolso dos PPR/E – Nota ao art. 5.º, n.º 2, do DL n.º 158/2002, de 2/07 [7] 675	Lei n.º 119/2015, de 7 de setembro – Código Cooperativo – Art. 4.º, n.º 4 – Equiparação das cooperativas de solidariedade social a IPSS – Nota ao art. 1.º do DL n.º 84/2017, de 21/07 [7] 794
Lei Orgânica n.º 1/2018, de 19 de abril - Art. 7.º - Norma transitória (<i>Alteração à Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais</i>) – Nota ao título da Lei n.º 19/2003, de 20/06 [7] 676	Despacho n.º 10363-A/2017, de 28 de novembro - Aprova a lista dos concelhos a que se aplica um conjunto de medidas destinadas a apoiar as vítimas dos incêndios de 15/10/2017 – Nota ao art. 1.º do DL n.º 141/2017, de 14/11 [7] 796
Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – Arts. 198.º, n.º 5, e 201.º – Regime transitório no âmbito do DL n.º 147/2003, de 11/07 – Nota ao art. 1.º do Regime de bens em circulação objeto de transações por sujeitos passivos de IVA, anexo a esse DL [7] 678	Despacho n.º 382/2018, de 9 de janeiro - Prorroga o prazo da suspensão das execuções fiscais nas áreas ardidadas – Nota ao art. 3.º do DL n.º 141/2017, de 14/11 [7] 797
Portaria n.º 161/2013, de 23 de abril – Regulamenta o modo de cumprimento das obrigações de comunicação dos elementos dos documentos de transporte – Nota ao art. 5.º do Regime anexo ao DL n.º 147/2003, de 11/07 [7] 681	Despacho n.º 4 743-A/2008, de 21 de fevereiro – Aprova os formulários modelos 21-RFI a 24-RFI para comprovação dos pressupostos de aplicação das convenções sobre dupla tributação internacional (CDT) aos não residentes que obtenham rendimentos em território português, destinados a solicitar a dispensa total ou parcial da retenção na fonte de IRS e IRC ou o seu reembolso – Nota à tabela prática das convenções para evitar a dupla tributação celebradas por Portugal [7] 817
Lei n.º 8/2018, de 2 de março – Cria o Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE) – Arts. 27.º, 33.º, 34.º e 35.º – Efeitos fiscais, responsabilidade dos administradores judiciais, benefícios emolumentares e disposições transitórias – Nota ao Título XIII do CIRE, DL n.º 53/2004, de 18/03 [7] 686	Portaria n.º 144/2019, de 15 de maio - Regulamenta os termos e condições para o exercício da opção pelos sujeitos passivos que pretendam ficar dispensados da impressão das faturas em papel ou da sua transmissão por via eletrónica – Nota ao art. 8.º do DL n.º 28/2019, de 15/02 [7] 820
Despacho n.º 2937/2014, de 21 de fevereiro – Aprova os formulários modelos 25-RFI e 26-RFI destinados a pedidos de reembolso de imposto português sobre rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida – Nota ao art. 22.º do Regime, DL n.º 193/2005, de 7/11 [7] 693	
Decreto-Lei n.º 87/2018, de 31 de outubro - Art. 3.º - Entrada em vigor e produção de efeitos (<i>entrega da IES/DA</i>) – Nota ao art. 2.º do DL n.º 8/2007, de 17/01 [7] 695	
Portaria n.º 31/2019, de 24 de janeiro - Aprova os termos a que deve obedecer o envio da informação empresarial simplificada / declaração anual de informação contabilística e fiscal (IES/DA) – Nota ao art. 2.º do DL n.º 8/2007, de 17/01 [7] 695	
Portaria n.º 302/2016, de 2 de dezembro – Estrutura de dados do ficheiro modelo de auditoria tributária SAF-T(PT) – Nota à Portaria n.º 321-A/2007, de 26/03 [7] 703	
Despacho n.º 11 873/2009, publicado em 18 de maio – Esclarecimentos sobre o DL n.º 29/2008, de 25/02 – Nota ao art. 22.º deste DL (<i>Comunicação de esquemas de planeamento fiscal</i>) [7] 709	
Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de janeiro - Arts. 2.º, n.ºs 5 e 6, e 17.º, n.º 4 (<i>reintegrações e amortizações</i>) – Nota ao art. 22.º, alínea f), do D. Regul. n.º 25/2009, de 14/09 [7] 731	

ÍNDICE CRONOLÓGICO (*)

	Página		Página
1976			
Decreto de 10 de abril de 1976		Decreto-Lei nº 492/88, de 30 de dezembro – Regulamentação da cobrança e reembolsos de IRS e IRC [7]	617
Constituição da República Portuguesa (CRP)		1989	
– Artigos relacionados com o sistema fiscal [1.1]	27	Decreto-Lei nº 31/89, de 25 de janeiro – Isenção de IVA na importação definitiva de determinados bens [7]	623
Decreto-Lei nº 437/76, de 20 de janeiro – Art. 15º – Extensão de regalias para os deficientes das forças armadas (DFA) com percentagem de incapacidade igual ou superior a 60% – Nota ao art. 13º, nº 3, da Lei nº 22-A/2007, de 29/06 (<i>diploma que aprova o CISV e o CIUC</i>) [4.4]	447	Decreto-Lei nº 215/89, de 1 de julho – Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) [5.1]	509
1984			
Decreto-Lei nº 394-B/84, de 26 de dezembro – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA) [3.1]	297	Portaria nº 521/89, de 8 de julho – Limites e condições da não sujeição a IVA das entregas de vinho feitas pelas cooperativas aos seus sócios para as necessidades do seu consumo familiar – Nota ao art. 3º, nº 6, do CIVA [3.1]	304
1985			
Decreto-Lei nº 221/85, de 3 de julho – Regime especial do IVA nas agências de viagens e organizadores de circuitos turísticos [7]	611	Decreto-Lei nº 422/89, de 2 de dezembro – Lei do Jogo – Artigos relacionados com o sistema fiscal – Imposto Especial de Jogo (IEJ) [4.7.1]	482
Lei nº 21/85, de 30 de julho - Art. 17º nº 1 g) - Dedução específica da cat. A do IRS de magistrados judiciais (Juizes) relativa a quantias despendidas com a valorização profissional e traje profissional - Nota ao art. 25º do CIRS [2.1]	192	1990	
Decreto-Lei nº 346/85, de 23 de agosto – Regime especial do IVA nas transmissões de tabacos manufacturados [7]	612	Decreto Regulamentar nº 2/90, de 12 de janeiro (<i>Revogado</i>) – Arts. 2º, nºs 5 e 6, e 17º, nº 4 (<i>reintegrações e amortizações</i>) – Nota ao art. 22º, alínea f), do D. Regul. nº 25/2009, de 14/09 [7]	731
Decreto-Lei nº 347/85, de 23 de agosto – Taxas de IVA aplicáveis nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e regras de localização das operações nessas regiões – Nota ao art. 18º, nº 3, do CIVA [3.1]	315	Decreto-Lei nº 20/90, de 13 de janeiro – Isenção/restituição do IVA à Igreja Católica, outras igrejas e comunidades religiosas [7]	631
Despacho Normativo nº 118/85, de 31 de dezembro – Definição do número limite de manifestações ocasionais abrangidas pela isenção – Nota ao art. 9º, nº 20), CIVA [3.1]	310	Portaria nº 118/90, de 15 de fevereiro (<i>Revogada</i>) – Microfilmagem de documentos para efeitos fiscais (<i>regulamentação do nº 6 do art. 123º do CIRC</i>) [7]	633
1986			
Decreto-Lei nº 143/86, de 16 de junho, e		Decreto-Lei nº 198/90, de 19 de junho – Artigo 5º – Sistemas de faturação e arquivo de informação (<i>Revogado</i>) [7]	634
Decreto-Lei nº 185/86, de 14 de julho – Isenção/restituição do IVA às representações diplomáticas e consulares e ao seu pessoal não nacional, bem como a certas organizações internacionais (<i>Regulamentação do art. 14º, nº 1, alíneas l), m), n) e v), do CIVA</i>) [7]	613/614	– Artigo 6º – Isenção de IVA nas vendas efetuadas a exportadores nacionais (<i>Trading</i>) [7]	635
Despacho Normativo nº 51/86, de 28 de junho – Sujeição a IVA dos produtores de flores e plantas ornamentais – Nota ao art. 9º, nº 33), do CIVA [3.1]	310	Lei nº 21/90, de 4 de agosto – Artigo único – Redução do IMT nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira – Nota ao art. 17º do CIMT [4.2]	424
Decreto-Lei nº 398/86, de 26 de dezembro – Isenção de IVA e IEC na importação de mercadorias em pequenas remessas expedidas sem carácter comercial, de países terceiros, por um particular com destino a outro particular [7]	615	1991	
1987			
Decreto-Lei nº 295/87, de 31 de julho (Revogado) – Isenção do IVA nas transmissões de bens a pessoas residentes em países terceiros que os transportem na sua bagagem pessoal [7]	615	Lei nº 36/91, de 27 de julho – Art. 3º – Isenção do imposto automóvel (atual ISV) para veículos perdidos ou abandonados ou adquiridos pelo Estado – Nota ao art. 13º, nº 3, da Lei nº 22-A/2007, de 29/06 (<i>diploma que aprova o CISV e o CIUC</i>) [4.4]	448
1988			
Decreto-Lei nº 122/88, de 20 de abril – Regimes especiais do IVA relativos à substituição na entrega do imposto: Vendas de peixe, crustáceos e moluscos efetuadas pelas lotas; Vendas de bens ao domicílio efetuadas por revendedores diretos; Vendas derivadas exclusivamente da microprodução e da miniprodução de energia eléctrica efetuada pelos produtores [7]	616	1992	
Decreto-Lei nº 442-A/88, de 30 de novembro – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS) [2.1]	167	Decreto-Lei nº 290/92, de 28 de dezembro – Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias (RITI) [3.2]	343
Decreto-Lei nº 442-B/88, de 30 de novembro – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) [2.2]	229	1993	
		Decreto-Lei nº 275/93, de 5 de agosto – Art. 61º – Isenção de IMT (<i>time-sharing</i>) – Nota ao art. 6º do CIMT [4.2]	420
		1995	
		Decreto-Lei nº 51/95, de 20 de março – Regulamento da Contribuição Especial (RCE) devida pela valorização de imóveis decorrente da construção da nova ponte sobre o Tejo [4.6.1]	472
		Decreto-Lei nº 54/95, de 22 de março – Regulamento da Contribuição Especial (RCE) devida pela valorização de imóveis beneficiados com a realização da Expo 98 [4.6.2]	475
		Decreto-Lei nº 229/95, de 11 de setembro – Regime jurídico da cobrança do IVA e dos reembolsos [7]	636

(*) Junto a cada diploma encontra-se o seu índice sistemático.

	Página		Página
1996			
Decreto-Lei nº 199/96, de 18 de outubro – Regime especial de tributação dos bens em segunda mão, objetos de arte, de coleção e antiguidades [7]	638	Portaria nº 796/99, de 15 de setembro – Cheques visados – uso obrigatório – Nota ao art. 16º, nº 5, do Regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo DL nº 191/99, de 5/06 [7]	659
1997			
Lei nº 103/97, de 13 de setembro – Regime fiscal específico das sociedades desportivas [7]	642	Decreto-Lei nº 362/99, de 16 de setembro – Regime especial do IVA aplicável ao ouro para investimento [7]	660
1998			
Decreto-Lei nº 14/98, de 28 de janeiro – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil (<i>Regime excepcional de dedução de prejuízos fiscais no âmbito dos processos do ex-GACRE e do SIRME aprovados pelo IAPMEI</i>) [7]	643	Portaria nº 923/99, de 20 de outubro – Montantes devidos pela realização de inspeção a pedido do sujeito passivo ou de terceiro – Nota ao art. 4º, nº 3, do DL nº 6/99, de 8/01 [7]	650
Decreto-Lei nº 29/98, de 11 de fevereiro – Regulamento das custas dos processos tributários e Tabela de emolumentos [7]	644	Decreto-Lei nº 433/99, de 26 de outubro – Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT) [1.3]	66
2000			
Decreto-Lei nº 43/98, de 3 de março – Regulamento da Contribuição Especial (RCE) devida pela valorização de imóveis beneficiados com a CRIL, CREL, CRIP, CREP, travessia ferroviária do Tejo, troços ferroviários complementares, extensões do metropolitano de Lisboa e outros investimentos [4.6.3]	478	Portaria nº 543/2000, de 4 de agosto – Tabela para determinação da parte das contribuições da entidade patronal considerada como rendimento do trabalho dependente – Nota ao art. 26º do CIRS [2.1]	192
Lei nº 35/98, de 18 de julho – Organizações não governamentais de ambiente (ONGA) (<i>Normas fiscais</i>) [7]	649	Portaria nº 1 158/2000, de 7 de dezembro – Limites e condições da não sujeição a IVA das entregas de azeite feitas pelas cooperativas aos seus sócios para as necessidades do seu consumo familiar – Nota ao art. 3º, nº 6, CIVA [3.1]	304
2001			
Decreto-Lei nº 398/98, de 17 de dezembro – Lei Geral Tributária (LGT) [1.2]	35	Portaria nº 78/2001, de 8 de fevereiro – Remuneração do perito independente no procedimento de revisão da matéria coletável – Nota ao art. 93º da LGT [1.2]..	60
Decreto-Lei nº 413/98, de 31 de dezembro – Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária e Aduaneira (RCPITA) [1.5]	135	Decreto Legislativo Regional nº 2/2001/M, de 20 de fevereiro – Taxas de IRC na R.A. da Madeira [6.3.2]	582
Decreto-Lei nº 6/99, de 8 de janeiro – Inspeção tributária a pedido do sujeito passivo ou de terceiro [7]	650	Decreto Legislativo Regional nº 3/2001/M, de 22 de fevereiro – Taxas gerais de IRS na R.A. da Madeira [6.3.1]	581
Decreto-Lei nº 26/99, de 28 de janeiro – Condições de emissão e atribuição de vales sociais (<i>Vales infância e vales educação</i>) [7].....	651	Lei nº 7/2001, de 11 de maio – Medidas de proteção das uniões de facto – Nota ao art. 14º do CIRS [2.1]	187
Decreto Legislativo Regional nº 2/99/A, de 20 de janeiro – Adaptação do sistema fiscal nacional à Região Autónoma dos Açores (<i>Redução de taxas de IRS, IRC, IVA e IEC deduções à coleta e benefícios fiscais</i>) [6.2.1]	572	Lei nº 15/2001, de 5 de junho – Regime Geral das Infrações Tributárias (RGIT) [1.4]	113
Decreto-Lei nº 73/99, de 16 de março – Regime dos juros de mora das dívidas ao Estado e a outras entidades públicas – Nota ao art. 44º da LG T [1.2]	43	Lei nº 16/2001, de 22 de junho – Lei da liberdade religiosa (<i>Normas fiscais</i>) [7]	662
Portaria nº 185/99, de 20 de março – Definição de calçado ortopédico que, prescrito por receita médica, fica sujeito à taxa reduzida de IVA – Nota à verba 2.6 da Lista 1 anexa ao CIVA [3.1]	339	Decreto-Lei nº 219/2001, de 4 de agosto – Regime fiscal das operações de titularização de créditos [7]	664
Lei nº 22/99, de 21 de abril – Arts. 3º e 9º – Compensação atribuída aos membros das mesas das assembleias ou secções de voto nos atos eleitorais ou referendários (<i>Isenção de IRS e de outros tributos</i>) [7]	653	Portaria nº 1 011/2001, de 21 de agosto – Tabela de atividades – Nota ao art. 151º do CIRS [2.1]	226
Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de abril – Art. 32º – Dispensa de originais de documentos – Nota ao art. 50º do CPPT [1.3]	77	Portaria nº 1 041/2001, de 28 de agosto – Limites para viaturas na categoria B do IRS e nas sociedades de profissionais em IRC – Nota ao art. 33º CIRS [2.1] ...	195
Decreto-Lei nº 191/99, de 5 de junho – Regime da tesouraria do Estado [7]	653	Portaria nº 1 446-C/2001, de 21 de dezembro – Preços de transferência (<i>Regulamentação do art. 63º, nº 13, CIRC</i>) [7]	666
Portaria nº 640/99, de 12 de agosto – Funcionamento, estatuto e remuneração dos membros da Comissão Nacional de Revisão – Nota ao art. 94º da LG T [1.2]	60	2002	
Lei nº 143/99, de 31 de agosto – Art. 4º nº 1 – Dedução específica da cat. A do IRS de magistrados do Ministério Público relativa a quantias despendidas com a sua valorização profissional – Nota ao art. 25º do CIRS [2.1]	192	Lei nº 13/2002, de 19 de fevereiro – Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (ETAF) [1.7]	153
Lei nº 150/99, de 11 de setembro – Código do Imposto do Selo e Tabela Geral (CISelo e TGISelo) [4.3]	429	Portaria nº 352/2002, de 3 de abril – Divulgação das vendas no processo judicial de execução fiscal através da Internet – Nota ao art. 249º do CPPT [1.3]	107
Lei nº 151/99, de 14 de setembro – Pessoas coletivas de utilidade pública (<i>Iisenções</i>) [7]	659	Portaria nº 493/2002, de 27 de abril – Remuneração dos membros da comissão constituída por promoção do órgão de execução fiscal – Nota ao art. 201º do CPPT [1.3]	101
		Decreto-Lei nº 158/2002, de 2 de julho – Regime jurídico dos PPR, PPE e PPR/E (<i>Dedução à coleta de IRS prevista no art. 21º do EBF</i>) [7]	672
		Portaria nº 1 452/2002, de 11 de novembro – Limites anuais por educando a que fica sujeito o reembolso dos PPR/E – Nota ao art. 5º, nº 2, do DL nº 158/2002, de 2/07 [7]	675

Página	Página	
Portaria n.º 1 453/2002, de 11 de novembro – Descrição objetiva dos casos previstos e respetivos meios de prova para o reembolso dos PPR/E – Nota art. 4.º, n.º 8, DL n.º 158/2002, de 2/07 [7] 674	Despacho n.º 1 693/2005-XVII, do SEAF, de 20 de dezembro Regularização dos imóveis sem NIF – Nota ao art. 23.º do DL n.º 287/2003, de 12/11, que aprova o CIMI [4.1] 389	
2003		
Portaria n.º 291/2003, de 8 de abril – Taxa dos juros legais e dos estipulados sem determinação de taxa ou quantitativo – Nota ao art. 35.º da LGT [1.2.] 41	Portaria n.º 1 339/2005, de 30 de dezembro – Envio por transmissão eletrónica de dados (Internet) da declaração mod. 22 do IRC e da declaração anual de informação contabilística e fiscal [7] 693	
Decreto-Lei n.º 93/2003, de 30 de abril – Disciplina as condições de acesso e análise, em tempo real, da informação pertinente para a investigação dos crimes tributários pela Polícia Judiciária e pela administração tributária – Nota ao art. 41.º do RGIT [1.4] 120	Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro – Art. 55.º, n.º 3 – Norma transitória no âmbito do EBF Nota ao art. 21.º do EBF [5.1] 516	
Portaria n.º 375/2003, de 10 de maio – Envio por transmissão eletrónica de dados da declaração periódica de IVA – Nota ao art. 29.º do CIVA [3.1] 321	Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro - Art. 57.º n.º 2 – Norma transitória (<i>Prazo de caducidade</i>) – Nota ao art. 45.º da LGT [1.2] 44	
Portaria n.º 383/2003, de 14 de maio – Tabela de coeficientes de desvalorização acumulada para cálculo do valor de mercado de viatura adquirida por trabalhador ou membro de órgão social – Nota ao art. 24.º, n.º 7, do CIRS [2.1] ... 192	2006	
Lei n.º 19/2003, de 20 de junho – Financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais (<i>Donativos, benefícios fiscais e número de identificação fiscal</i>) [7] 676	Portaria n.º 90/2006, de 27 de janeiro – Valor médio de construção para o ano de 2006 – Nota ao art. 62.º CIMI [4.1] – Quadro resumo 401	
Decreto-Lei n.º 147/2003, de 11 de julho – Regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA [7] 677	Despacho n.º 6 428/2006, publicado em 21 de março Ajudas comunitárias relativas às forragens secas – Nota ao art. 16.º CIVA [3.1] 314	
Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) [4.1] 383 – Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMT) [4.2] 417	Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 agosto - Conceito de prédio devoluto para efeitos da aplicação da taxa do IMI (arts. 112.º e 112.º-B do CIMI) e demais finalidades relacionadas com políticas de habitação, urbanismo e reabilitação urbana – Nota ao art. 112.º do CIMI [4.1] 407	
Portaria n.º 1 337/2003, de 5 de dezembro – Coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar para a atualização dos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos não arrendados e dos prédios rústicos – Nota ao art. 16.º, n.º 2, do DL n.º 287/2003, de 12/11, aprova o CIMI [4.1] 388	Despacho n.º 26 026/2006, publicado em 22 de dezembro Lista de bens concebidos especificamente para utilização por pessoas com deficiência, a cujas transmissões é aplicável a taxa reduzida de IVA – Nota à verba 2.9 da Lista I anexa ao CIVA [3.1] 339	
Decreto-Lei n.º 324/2003, de 27 de dezembro – Art. 4.º, n.ºs 6 e 7 – Revogação “genérica” de normas do Regulamento das Custas dos Processos Tributários (RCPT) – Nota ao RCPT aprovado pelo DL n.º 29/98, de 11/02 [7] 645	Portaria n.º 1433-C/2006, de 29 de dezembro – Valor médio de construção para o ano de 2007 – Nota ao art. 62.º do CIMI [4.1] – Quadro resumo 402	
Portaria n.º 1 423-I/2003, de 31 de dezembro – Regulamento do documento único de cobrança (DUC) – Nota ao art. 12.º, n.º 2, do Regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo DL n.º 191/99, de 5/06 [7] 658	Lei n.º 53-A/2006, de 29 de dezembro – Art. 88.º – Disposições transitórias dos benefícios fiscais Notas aos arts. 3.º e 61.º do EBF [5.1] 512/544	
2004		
Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro – Lista dos países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada, claramente mais favoráveis (<i>Paraisos fiscais</i>) [7] 684	2007	
Portaria n.º 160/2004, de 14 de fevereiro – Comissão interministerial – Nota ao art. 35.º do DL n.º 263/2012, de 20/12 [7] 752	Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro – Informação Empresarial Simplificada (IES) [7] 694	
Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março – Código da Insolvência e Recuperação de Empresas (<i>CIRE, Título III – Benefícios emolumentares e fiscais</i>) [7] 686	Decreto-Lei n.º 21/2007, de 29 de janeiro – Regime da renúncia à isenção do IVA nas operações relativas a bens imóveis (<i>Regulamentação dos n.ºs 4 a 6 do art. 12.º do CIVA</i>) [7] 699	
Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa de 18/05/2004 , aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 74/2004, publicada em 16 de novembro (<i>Normas fiscais</i>) [7] 687	Portaria n.º 321-A/2007, de 26 de março – Ficheiro modelo de auditoria tributária – SAF-T-PT (<i>Regulamentação do n.º 8 do art. 123.º do CIRC</i>) [7] 702	
Portaria n.º 982/2004, de 4 de agosto – Valor médio de construção para 2003 e 2004 – Nota ao art. 62.º do CIMI [4.1] – Quadro resumo..... 401	Decreto-Lei n.º 196/2007, de 15 de maio (<i>Revogado</i>) – Condições técnicas para a emissão, conservação e arquivamento das faturas emitidas por via eletrónica, nos termos do CIVA [7] 704	
2005		
Portaria n.º 99/2005, de 17 de janeiro – Valor médio de construção para o ano de 2005 – Nota ao art. 62.º CIMI [4.1] – Quadro resumo..... 401	Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho – Código do Imposto sobre Veículos (CISV) [4.4] 446 – Código do Imposto Único de Circulação (CIUC) [4.5] 464	
Despacho n.º 14 839/2005, publicado em 7 de julho Responsabilidade solidária pelo pagamento do IVA – Nota ao art. 80.º do CIVA [3.1] 335	Decreto-Lei n.º 273/2007, de 30 de julho – Arts. 7.º e 8.º – Reforma da gestão da tesouraria do Estado, mediante a integração da gestão da tesouraria e da dívida pública no IGCP – Nota ao Regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo DL n.º 191/99, de 5/06 [7] 659	
Decreto-Lei n.º 193/2005, de 7 de novembro – Regime especial de tributação dos rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida [7] 688	Portaria n.º 1 370/2007, de 19 de outubro (<i>Revogada</i>) – Condições a observar na transposição dos ficheiros informáticos produzidos pelos programas de faturação para suportes eletrónicos não regraváveis, destinados a substituir, para efeitos fiscais, os respetivos arquivos em papel – Nota ao art. 5.º, n.º 3, do DL n.º 198/90, de 19/06 [7] 635	
	Decreto-Lei n.º 363/2007, de 2 de novembro – Microprodução de eletricidade: Art. 12.º, n.º 4 – Faturação (<i>Revogado</i>) Art. 12.º, n.º 5 – Regime especial do IVA Art. 12.º, n.º 6 – Exclusão de tributação em IRS (<i>Revogado</i>) – Nota ao art. 10.º do DL n.º 122/88, de 20/04 [7] 616	

Página	Página
Decreto-Lei nº 372/2007, de 6 de novembro – Art. 2º do Anexo – Efetivos e limiares financeiros que definem as categorias de empresas – Micro, pequenas e médias empresas (PME) – Nota (3) ao art. 87º do CIRC [2.2]	276
Portaria nº 1 434/2007, de 6 de novembro – Diretrizes relativas à apreciação da qualidade construtiva, da localização excecional, da localização e operacionalidade relativas e do estado deficiente de conservação, para efeitos de aplicação das tabelas I e II referidas no nº 1 do artigo 43º do CIMI – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1]	401
2008	
Portaria nº 16-A/2008, de 9 de janeiro – Valor médio de construção, para o ano de 2008 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo	402
Despacho nº 4 743-A/2008, de 21 de fevereiro – Aprova os formulários modelos 21-RFI a 24-RFI para comprovação dos pressupostos de aplicação das convenções sobre dupla tributação internacional (CDT) aos não residentes que obtenham rendimentos em território português, destinados a solicitar a dispensa total ou parcial da retenção na fonte de IRS e IRC ou o seu reembolso – Nota à tabela prática das convenções para evitar a dupla tributação celebradas por Portugal [7]	817
Decreto-Lei nº 29/2008, de 25 de fevereiro – Planeamento fiscal abusivo [7]	706
Decreto-Lei nº 34/2008, de 26 de fevereiro – Regulamento das Custas Processuais (RCP), Art. 5º – Unidade de conta processual – Nota ao art. 5º do DL que aprova o CPPT [1.3]	67
Despacho nº 14 592/2008, publicado em 27 de maio – Orientações interpretativas em matéria de revelação de esquemas de planeamento fiscal para prevenção e combate a atuações abusivas e evasivas – Junto ao DL nº 29/2008, de 25/02 [7]	709
Portaria nº 497/2008, de 24 de junho – Regulamenta as condições delimitadoras do conceito de amostras e ofertas de pequeno valor e define os procedimentos e obrigações contabilísticas a cumprir pelos sujeitos passivos, para efeitos de exclusão de tributação em IVA – Nota ao art. 3º, nº 7, do CIVA [3.1]	304
Portaria nº 620-A/2008, de 16 de julho – Procedimentos de celebração de acordos prévios sobre os preços de transferência (APPT) (Regulamentação do nº 9 do art. 138º do CIRC) [7]	714
Lei nº 49/2008, de 27 de agosto – Art. 7º – Competência da Polícia Judiciária em matéria de investigação criminal – Nota ao art. 41º do RGIT [1.4]	119
Lei nº 64/2008, de 5 de dezembro – Art. 4º – Tributação autónoma para empresas de fabricação ou distribuição de produtos petrolíferos refinados – Nota ao art. 88º do CIRC [2.2]	278
Portaria nº 1545/2008, de 31 de dezembro – Valor médio de construção, para o ano de 2009 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo	402
Portaria nº 1553-D/2008, de 31 de dezembro – Subsídio de refeição diário (2009 a 2016) – Nota ao art. 2º, nº 3 b) 2), do CIRS [2.1] – Quadros resumo	178
Lei nº 64-A/2008, de 31 de dezembro	
– Arts. 102º a 105º – Regime especial aplicável aos fundos de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (FIAH) e às sociedades de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (SIAH) [7]	718
– Art. 110º, nºs 1 e 2 – Normas transitórias no âmbito da LGT	
Nota ao art. 68º da LGT [1.2]	54
– Art. 116º – Regime de isenção do IVA e dos IEC na importação de mercadorias transportadas na bagagem dos viajantes provenientes de países ou territórios terceiros [7]	720
2009	
Despacho nº 11 873/2009, publicado em 18 de maio – Esclarecimentos sobre o DL nº 29/2008, de 25/02 – Nota ao art. 22º deste DL (comunicação de esquemas de planeamento fiscal) [7]	709
Decreto-Lei nº 159/2009, de 13 de julho – Alteração e republicação do CIRC, adaptando-o à normalização contabilística [2.2]	232
Decreto-Lei nº 186/2009, de 12 de agosto – Regime de reembolso do IVA a sujeitos passivos não estabelecidos no Estado membro de reembolso [7]	722
Portaria nº 972/2009, de 31 de agosto – Regulamenta o regime jurídico das informações vinculativas – Nota ao art. 68º da LGT [1.2]	54
Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro – Regime das depreciações e amortizações [7]	726
Portaria nº 1456/2009, de 30 de dezembro – Valor médio de construção, para o ano de 2010 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo	402
2010	
Portaria nº 12/2010, de 7 de janeiro – Tabela de atividades de elevado valor acrescentado para efeitos dos arts. 72º nº 10, 81º nº 5, 99º nº 8 e 101º nº 1 d) do CIRS (regime fiscal do residente não habitual) – Nota ao art. 72º do CIRS [2.1]	206
Decreto-Lei nº 5/2010, de 15 de janeiro – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para o ano de 2010 – Notas aos arts. 25º e 87º do CIRS [2.1] e 11º-A do CIMI [4.1]	192/215/393
Lei nº 3-B/2010, de 28 de abril	
– Art. 132º – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil – Nota ao art. 1º do DL nº 14/98, de 28/01 [7]	643
Decreto-Lei nº 73/2010, de 21 de junho – Código dos Impostos Especiais de Consumo (CIEC) [3.3]	353
Portaria nº 363/2010, de 23 de junho – Certificação prévia dos programas informáticos de faturação (Regulamentação do nº 9 do art. 123º do CIRC) [7]	738
Despacho Normativo nº 18-A/2010, de 1 de julho – Pedido de reembolso do IVA através da declaração periódica e inscrição no regime mensal (Regulamentação do art. 22º do CIVA) [7]	740
Portaria nº 467/2010, de 7 de julho – Define o custo de aquisição ou o valor de reavaliação das viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, incluindo os veículos elétricos, cujas depreciações da parte excedente não são considerados gastos fiscais – Nota ao art. 34º CIRC [2.2]	250
Decreto Legislativo Regional nº 14/2010/M, de 5 de agosto	
– Arts 3º a 6º – Derrama regional [6.3.2]	584
Decreto-Lei nº 137/2010, de 28 de dezembro – Art. 4º – Ajudas de custo diárias e subsídio de transporte em automóvel próprio (Km) para os anos de 2011 a 2019 – Nota ao art. 2º, nº 3 d), do CIRS [2.1] – Quadro resumo	178
Despacho nº 19 316/2010, publicado em 30 de dezembro – Bolsas de formação desportiva para efeitos fiscais – Nota ao art. 12º CIRS [2.1]	186
Aviso nº 27831-F/2010, de 31 de dezembro (DR 2.ª série) – Taxa de juros de mora para o ano de 2011 – Nota ao art. 44º LGT [1.2] – Quadro resumo	43
Decreto-Lei nº 143/2010, de 31 de dezembro – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) de janeiro de 2011 a setembro de 2014 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo	187
Portaria nº 1330/2010, de 31 de dezembro – Valor médio de construção, para o ano de 2011 – Nota ao art. 62º CIMI [4.1] – Quadro resumo	402
Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro	
– Art. 98º – Disposições transitórias no âmbito do IRS	
Notas aos arts. 25º e 87º do CIRS [2.1]	192/215
– Art. 125º – Disposições transitórias no âmbito da LGT	
Nota ao art. 30º da LGT [1.2]	41
– Art. 130º, nº 2 – Revogação de benefícios fiscais (norma transitória)	
Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7]	632
– Art. 141º – Regime da contribuição sobre o setor bancário [4.8]	492
2011	
Decreto Legislativo Regional nº 2/2011/M, de 10 de janeiro	
– Arts. 17º a 24º – Regime da contribuição sobre o setor bancário na R.A. da Madeira [6.3.3]	585

Página	Página
Decreto-Lei nº 10/2011, de 20 de janeiro – Regime jurídico da arbitragem em matéria tributária (RJAT) [1.6] 146	Decreto-Lei nº 198/2012, de 24 agosto – Medidas de controlo da emissão de faturas e outros documentos com relevância fiscal, forma da sua comunicação à AT [7] 742
Portaria nº 44/2011, de 26 de janeiro – Taxas a aplicar nos processos de regularização de veículos usados no território nacional Nota ao art. 11º do CISV [4.4] 451	Lei nº 55-A/2012, de 29 de outubro – Art. 6º – Disposições transitórias para prédios urbanos com VPT ≥ € 1 000 000 – Nota à verba 28.1 da TGISelo [4.3] 445
Decreto Legislativo Regional nº 3/2001/M, de 22 de fevereiro – Taxas de IRS na R.A. da Madeira [6.3.1] 581	Lei nº 63/2012, de 10 de dezembro – Benefícios fiscais à utilização das terras agrícolas, florestais e silvopastoris e à dinamização da “Bolsa de terras” [7] 745
Portaria nº 92-A/2011, de 28 de fevereiro – Define os elementos que integram o dossier fiscal – Nota ao art. 130º do CIRC [2.2] 292	Decreto-Lei nº 263/2012, de 20 de dezembro – Assistência mútua em matéria de cobrança de créditos respeitantes a impostos, direitos e outras medidas, definindo os termos de aplicação a que fica sujeito o Estado Português [7] 746
Decreto-Lei nº 34/2011, de 8 de março – Miniprodução de eletricidade: Art. 14º, nº 3 – Faturação (<i>Revogado</i>) Art. 14º, nº 4 – Regime especial do IVA Notas ao art. 10º do DL nº 122/88, de 20/04 [7] 616	Portaria nº 424/2012, de 28 de dezembro – Valor médio de construção, para o ano de 2013 – Nota ao art. 62º do CIMI[4.1] – Quadro resumo 402
Portaria nº 112-A/2011, de 22 de março – Vincula a DGCI e a DGAIEC (<i>atual AT</i>) à jurisdição do CAAD – Nota ao art. 4º do RJAT [1.6] 147	Portaria nº 426-A/2012, de 28 de dezembro – Aprova o modelo oficial de declaração para a comunicação dos elementos das faturas, por transmissão eletrónica de dados – Nota ao art. 3º do DL nº 198/2012, de 24/08 [7] 743
Regulamento de Custas nos Processos de Arbitragem Tributária , aprovado pelo Centro de Arbitragem Administrativa em 2011 – Nota ao art. 12º do RJAT [1.6] 149	Aviso nº 17289/2012, de 28 de dezembro (DR, 2.ª série) – Taxa de juro de mora para o ano de 2013 – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo 44
Portaria nº 121/2011, de 30 de março – Regulamenta o Regime da Contribuição sobre o Setor Bancário – Nota aos arts. 5º e 8º [4.8] 493	Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro – Art. 42º – Redução das ajudas de custo nas deslocações ao e no estrangeiro Nota art. 2º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 178 – Art. 198º – Disposição transitória no âmbito do IVA Notas aos arts. 9º, 78º e 78º-A do CIVA [3.1] 310/332/333 e ao art. 1º do Anexo ao DL nº 147/2003, de 11/07 [7] 678 – Art. 201º – Regime transitório no âmbito do DL nº 147/2003, de 11/07 – Nota ao art. 1º do Anexo a esse DL [7] 678 – Art. 210º – Adicional às taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos – Nota ao art. 92º do CIEC [3.3] 374 – Art. 221º – Disposição transitória no âmbito da LGT Nota ao art. 19º da LGT [1.2] 39 – Art. 225º – Norma transitória no âmbito do RGIT Nota ao art. 29º do RGIT [1.4] 118 – Art. 233º – Constituição de garantias – Nota ao art. 7º do CISelo [4.3] 435 – Art. 246º – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil – Nota art. 1º do DL nº 14/98, de 28/01 [7] 643 – Art. 247º – Regime fiscal dos empréstimos externos (<i>Sshuldscheindarlehen</i>) – Nota ao art. 32º-B do EBF [5.1] 524 – Art. 248º – Regime especial de tributação de valores mobiliários representativos de dívida emitida por entidades não residentes Nota ao art. 40º-A do EBF [5.1] 530 – Art. 249º – Operações de reporte – Nota art. 32º-D do EBF [5.1] 525 – Art. 250º – Operações de reporte com instituições financeiras não residentes – Nota ao art. 32º-C do EBF [5.1] 525 – Art. 251º – IPSS e Santa Casa da Misericórdia (<i>restituição do IVA</i>) Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7] 632 – Art. 252º – Contribuição sobre o setor bancário Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8] 492
Portaria nº 219/2011, de 1 de junho – Aprova os procedimentos e especificações técnicas a observar na venda de bens penhorados em processo de execução fiscal através de venda judicial, na modalidade de leilão eletrónico – Nota ao art. 248º CPPT [1.3] 106	
Portaria nº 77/2011, de 7 de julho – Regulamenta o Regime da Contribuição sobre o Setor Bancário, para vigorar na R.A. da Madeira – Nota aos arts. 21º e 24º do D. L. Regional nº 2/2011/M [6.3.3] 586	
Lei nº 60-A/2011, de 30 de novembro – Art. 10º – Entrada em vigor e produção de efeitos das normas de alteração relativas à avaliação geral de imóveis – Nota ao art. 15º do DL nº 287/2003, de 12/11, diploma que aprovou o CIMI [4.1] 386	
Portaria nº 307/2011, de 21 de dezembro – Valor médio de construção, para o ano de 2012 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo 402	
Aviso nº 24866-A/2011, de 28 de dezembro (DR 2.ª série) – Taxa de juros de mora, para o ano de 2012 – Nota ao art. 44º LGT [1.2] – Quadro resumo 43	
Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro – Art. 146º, nºs 2, 3 e 4 – Prorrogação de disposições do EBF Notas aos arts. 3º, 25º, 26º e 36º do EBF [5.1] 512/522/527 – Art. 151º – Disposições transitórias no âmbito da LGT Notas aos arts. 19º e 44º da LGT [1.2] 39/42 – Art. 154º – Disposições transitórias no âmbito do CPPT Notas aos arts. 169º e 199º do CPPT [1.3] 93/99 – Art. 165º – Constituição de garantias – Nota ao art. 7º CISelo [4.3] 435 – Art. 168º – Norma transitória das Contribuições Especiais Nota aos arts. 2º dos Regulamentos [4.6.1, 4.6.2 e 4.6.3] 473/476/479 – Art. 179º – IPSS e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (<i>restituição do IVA</i>) – Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7] 632 – Art. 182º – Prorrogação do regime da contribuição sobre o setor bancário – Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12, que aprova o Regime [4.8] 492 – Art. 183º – Alteração da política contabilística relativa a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego Nota ao art. 43º do CIRC [2.2] 253	
2012	
Lei nº 14-A/2012, de 30 de março – Art. 6º – Regra transitória de introdução no consumo de cigarros Nota art. 105º-A do CIEC [3.3] 379	
Decreto-Lei nº 197/2012, de 24 agosto – Art. 16º – Disposição final – Nota ao art. 29º do CIVA [3.1] 321 – Art. 15º – Caducidade de autorizações – Nota art. 40º CIVA[3.1] 325	
	2013
	Decreto-Lei nº 6/2013, de 17 de janeiro – Arts. 9º e 10º – Competências próprias do diretor da Unidade dos Grandes Contribuintes/ Serviços periféricos de competência específica – Nota ao art. 6º do DL nº 433/99, de 26/10, CPPT [1.3] 68
	Decreto-Lei nº 14/2013, de 28 de janeiro – Sistematização e harmonização da legislação referente ao NIF [7] 753
	Decreto-Lei nº 21/2013, de 15 de fevereiro – Regime da utilização da transmissão eletrónica de dados para o cumprimento de formalidades declarativas nas áreas aduaneiras, IEC e ISV, bem como para a comunicação dos atos praticados pela AT [7] 758
	Portaria nº 161/2013, de 23 de abril – Regulamenta o modo de cumprimento das obrigações de comunicação dos elementos dos documentos de transporte – Nota ao art. 5º do Regime anexo ao DL nº 147/2003, de 11/07 [7] 681

Página	Página
Decreto-Lei nº 71/2013, de 30 de maio – Regime de IVA de caixa [7] 760	– Art. 233º – Operações de reporte – Nota art. 32º-D do EBF [5.1] 525
Lei nº 44/2013, de 3 de julho – Arts. 3º e 4º – Proibição de alteração das condições do contrato de crédito à habitação e de cobrança de comissões pelo reembolso do PPR – Nota ao art. 4º do DL nº 158/2002, de 02/07 [7] 674	– Art. 234º – Fundos e sociedades de investimento imobiliário para arrendamento habitacional Nota art. 103º da Lei nº 64-A/2008, de 31/12 [7] 718
Lei nº 49/2013, de 16 de julho Crédito fiscal extraordinário ao investimento (CFEI) [7] 763	– Art. 236º – Norma transitória no âmbito do regime especial aplicável aos FIIAH e SIIAH Nota art. 8º do regime aprovado pela Lei nº 64-A/2008, 31/12 [7] 720
Lei nº 62/2013, de 26 de agosto – Art. 44º – Alçadas – Nota ao art. 105º da LGT [1.2] 61 – Nota ao art. 6º do ETAF [1.6] 156	– Art. 246º – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil – Nota art. 1º do DL nº 14/98, de 28/01 [7] 643
Lei nº 70/2013, de 30 de agosto – Art. 57º – Disposições fiscais dos regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho (FCT) e do fundo de garantia de compensação do trabalho (FGCT) – Nota ao art. 20º do CIRC [2.1] 243	2014
Lei nº 71/2013, de 2 de setembro – Arts. 2º, 3º, 7º, 8º e 8º-A – Regulamenta o exercício profissional das atividades terapêuticas não convencionais, conferindo-lhe o mesmo regime de isenção de IVA aplicável às profissões paramédicas – Nota ao art. 9º nº 1) do CIVA [3.1] 310	Aviso nº 219/2014, de 7 de janeiro (DR, 2.ª série) – Taxa de juro de mora para o ano de 2014 – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo 44
Lei Orgânica nº 2/2013, de 2 de setembro – Lei das Finanças das Regiões Autónomas (<i>Artigos relacionados com o sistema fiscal</i>) [6.1] 567	Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro – Reforma da tributação das sociedades – Alteração e republicação do CIRC 233
Lei nº 73/2013, de 3 de setembro – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (<i>Artigos relacionados com o sistema fiscal</i>) [6.4] 598	Decreto-Lei nº 26-A/2014, de 17 de fevereiro Sorteio «Fatura da Sorte» [7] 764
Portaria nº 298/2013, de 4 de outubro – Procedimentos a observar pelas entidades que queiram beneficiar dos regimes de donativos ou de consignação da quota do IRS liquidado – Nota ao art. 32º da Lei nº 16/2001, de 22/06 [7] 663	Despacho nº 2 937/2014, de 21 de fevereiro – Aprova os formulários modelos 25-RFI e 26-RFI destinados a pedidos de reembolso de IRS e IRC sobre rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida – Nota ao art. 22º do Regime Especial, DL nº 193/2005, de 7/11 [7] 693
Lei nº 83/2013, de 9 de dezembro – Art. 9º – Entrada em vigor e produção de efeitos – Nota ao art. 8º do Regime Especial de Tributação dos Rendimentos de Valores Mobiliários Representativos de Dívida, aprovado pelo DL nº 193/2005, de 07/11 [7] 690	Decreto Regulamentar Regional nº 9/2014/A, de 27 de junho – Regulamentação dos benefícios fiscais contratuais na Região Autónoma dos Açores [6.2.3] 577
Decreto-Lei nº 165/2013, de 16 de dezembro – Art. 25º-A – Regime fiscal da entidade central de armazenagem nacional na gestão das reservas estratégicas de produtos de petróleo – Nota ao Capítulo VIII do EBF [5.1] 537	Portaria nº 149/2014, de 24 de julho – Regulamentação do regime de utilização da transmissão eletrónica de dados para o cumprimento de formalidades nas áreas aduaneiras, dos impostos especiais de consumo e do imposto sobre os veículos – Nota ao art. 6º do DL nº 21/2013, de 15/02 [7] 759
Portaria nº 370/2013, de 27 de dezembro – Valor médio de construção, para o ano de 2014 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo 402	Lei nº 61/2014, de 26 de agosto – Regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos [7] 766
Portaria nº 378-B/2013, de 31 de dezembro – Pensão mínima do regime geral (PMRG) para o ano de 2014 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo.. 187	Decreto-Lei nº 128/2014, de 29 de agosto – Art. 2º, 3º, 4º e 22º Exploração dos estabelecimentos de alojamento local – Nota ao art. 4º, nº 1, do CIRS [2.1] 180
Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro – Art. 113º – Suspensão da atualização do indexante de apoios sociais (IAS) – Nota art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 187 – Art. 191º – Regime transitório do art. 7º da Portaria nº 426-A/2012, de 28/12 – Nota ao art. 3º do DL nº 198/2012, de 24/08 [7] 744 – Art. 196º – Adicional às taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos – Nota ao art. 92º do CIEC [3.3] 374 – Art. 209º – Disposição transitória no âmbito do EBF Nota ao art. 49º do EBF [5.1] 537 – Art. 215º – Disposição transitória no âmbito da LGT Nota ao art. 63º-D da LGT [1.2] 51 – Art. 221º – Revogação do DL nº 281/91, de 09/08 (<i>Disposição transitória</i>) Nota ao art. 77º-A do CPPT [1.3] 81 – Art. 225º – IPSS e Santa Casa da Misericórdia (<i>Restituição do IVA</i>) Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7] 632 – Art. 226º – Contribuição sobre o setor bancário Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8] 492 – Art. 228º – Contribuição extraordinária sobre o setor energético [4.9] 494 – Art. 229º – Constituição de garantias – Nota ao art. 7º do CISElo [4.3] 435 – Art. 230º – Regime fiscal dos empréstimos externos (<i>Schuldscheindarlehen</i>) – Nota ao art. 32º-B do EBF [5.1] 524 – Art. 231º – Regime especial de tributação de valores mobiliários representativos de dívida emitida por entidades não residentes Nota ao art. 40º-A do EBF [5.1] 530 – Art. 232º – Operações de reporte com instituições financeiras não residentes – Nota ao art. 32º-C do EBF [5.1] 525	Decreto-Lei nº 144/2014, de 30 de setembro – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) de outubro de 2014 a dezembro de 2015 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 187
	Decreto-Lei nº 153/2014, de 20 de outubro – Arts. 26º e 35º – Faturação prevista nos regimes jurídicos aplicáveis à produção de eletricidade destinada ao autoconsumo e ao da venda à rede elétrica de serviço público a partir de recursos renováveis, por intermédio de unidades de pequena produção – Nota ao art. 36º nº 11 do CIVA [3.1] 324
	Decreto-Lei nº 158/2014, de 24 de outubro – Regime especial do IVA para sujeitos passivos não estabelecidos no Estado-membro de consumo ou não estabelecidos na Comunidade que prestem serviços de telecomunicações, de radiodifusão ou televisão e serviços por via eletrónica a pessoas que não sejam sujeitos passivos, estabelecidas ou domiciliadas na Comunidade [7] 771
	Decreto-Lei nº 162/2014, de 31 de outubro – Código Fiscal do Investimento (CFI) [5.2] 551
	Resolução do Conselho de Ministros nº 73-A/2014, de 16 de dezembro Nºs 1 a 5 – Normas relativas à iniciativa Portugal Inovação Social – Nota ao art. 19.º-A do EBF [5.1] 515
	Lei nº 81/2014, de 19 de dezembro – Arts. 2º, 31º e 32º – Isenções e outros benefícios no arrendamento apoiado para habitação – Nota ao art. 44º do EBF [5.1] 534
	Portaria nº 273/2014, de 24 de dezembro – Define os elementos que devem instruir o pedido de autorização de dedução de prejuízos fiscais – Nota ao art. 52º, nºs 12 e 13, do CIRC [2.2] 260
	Despacho nº 15 598/2014, de 26 de dezembro – Aprova os formulários modelos 01-DJR e 02-DJR, para efeitos de isenção ou redução de retenção na fonte de IRC e de reembolso de IRC retido na fonte, relativamente a pagamentos de juros e ou <i>royalties</i> efetuados a sociedades associadas de diferentes Estados-membros da UE e da Confederação Suíça – Nota ao art. 98º do CIRC [2.2] 282

Página	Página
	2015
Portaria nº 275/2014, de 26 de dezembro – Critérios e procedimentos de controlo a adotar na transmissão de benefícios fiscais e do direito à dedução dos gastos de financiamento líquidos, no âmbito de operações de cisão ou de entrada de ativos e elementos que devem constar do requerimento, a apresentar na AT (<i>Regulamentação prevista no nº 3 do art. 75º-A do CIRC</i>) [7] 774	Portaria nº 2/2015, de 6 de janeiro – Define as características e estrutura do ficheiro através do qual deve ser efetuada a AT a comunicação dos inventários – Nota ao art. 3º-A do DL nº 198/2012, de 24/08 [7] 744
Portaria nº 278/2014, de 29 de dezembro – Regime transitório do art. 7º da Portaria nº 426-A/2012, de 28/12, prorrogado para 2015 – Nota ao art. 3º do DL nº 198/2012, de 24/08 [7] 744	Aviso nº 130/2015, de 7 de janeiro (DR, 2.ª série) – Taxa de juro de mora para o ano de 2015 – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo 44
Portaria nº 279/2014, de 30 de dezembro – Fixa a taxa de juro anual a aplicar ao valor dos suprimentos e empréstimos feitos pelos sócios à sociedade – Nota ao art. 23º-A, nº 1 m), do CIRC [2.2] 246	Decreto-Lei nº 7/2015, de 13 de janeiro – Arts. 7º e 8º – Regime transitório e reavaliação da reforma da tributação dos organismos de investimento coletivo – Nota ao art. 22º do EBF [5.1] 518
Portaria nº 280/2014, de 30 de dezembro – Valor médio de construção para o ano de 2015 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo 402	Despacho de 23 de janeiro de 2015 – Esclarecimento sobre o Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE II) – Nota ao art. 37º do CFI [5.2] 560
Portaria nº 281/2014, de 30 de dezembro – Coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados no ano de 2014 – Nota ao art. 47º do CIRC [2.2] 255	Despacho nº 850-A/2015, de 27 de janeiro – Estabelece o mecanismo voluntário de declaração de sacos de plástico leves relativamente aos quais não tenha sido liquidada e paga a contribuição criada pela Lei nº 82-D/2014, de 31/12, e regulamentada pela Portaria nº 286-B/2014, de 31/12, pelos operadores económicos que não sejam sujeitos passivos da contribuição sobre os sacos de plástico leves – Nota ao art. 40º da referida Lei, em [4.11] 506
Portaria nº 282/2014, de 30 de dezembro – Define os códigos de atividade económica (CAE) correspondentes a várias atividades objeto dos projetos de investimento produtivo – Regulamentação do nº 3 do art. 2º do CFI [5.2] 562	Portaria nº 19/2015, de 4 de fevereiro – Aprova o modelo de pedido de compensação forfetária do IVA pelos produtores agrícolas e respetivas instruções de preenchimento – Nota ao 59º-B, nº 4, do CIVA [3.1] 328
Decreto Legislativo Regional nº 18/2014/M, de 31 de dezembro – Arts. 55º a 62º – Adaptação orgânica e funcional da legislação fiscal nacional à R. A. da Madeira [6.3.5] 596	Portaria nº 94/2015, de 23 de março – Proceda à regulamentação do regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo – Regulamentação do Capítulo II, arts. 2º a 21º, do CFI [5.2] 562
Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro – Art. 117º – Suspensão da atualização do indexante de apoios sociais (IAS) – Nota art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 187 – Art. 156º – Transmissão de dados entre a AT, a segurança social e a CGA – Nota art. 121º do CIRS [2.1] 223 – Art. 168º – Contribuição extraordinária sobre a indústria farmacêutica [4.10] ... 501 – Art. 200º – Norma transitória – Opção pelo regime forfetário dos produtos agrícolas – Nota art. 59º-C do CIVA [3.1] 329 – Art. 216º – Adicional em sede de IUC – Nota aos arts. 9º e 10º do CIUC [4.5] .. 467 – Art. 228º – IPSS e Sta. Casa da Misericórdia (<i>Restituição do IVA</i>) Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7] 632 – Art. 229º – Adicional às taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos – Nota ao art. 92º do CIEC [3.3] 374 – Art. 234º – Disposição transitória no âmbito do DL nº 198/2012, de 24/08 – Nota ao art. 3º-A deste DL [7] 744 – Art. 235º – Contribuição sobre o setor bancário Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8] 492 – Art. 237º – Contribuição extraordinária sobre o setor energético Nota ao art. 228º da Lei nº 83-C/2013, de 31/12 [4.9] 494 – Art. 240º – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil – Nota art. 1º do DL nº 14/98, de 28/01 [7] 643 – Art. 242º – Constituição de garantias – Nota art. 7º do CISelo [4.3] 435 – Art. 243º – Regime fiscal dos empréstimos externos (<i>Schuldscheindarlehen</i>) – Nota ao art. 32º-B do EBF [5.1] 524 – Art. 244º – Regime especial de tributação de valores mobiliários representativos de dívida emitida por entidades não residentes Nota ao art. 40º-A do EBF [5.1] 530 – Art. 245º – Operações de reporte com instituições financeiras não residentes – Nota ao art. 32º-C do EBF [5.1] 525 – Art. 246º – Operações de reporte – Nota art. 32º-D do EBF [5.1] 525	Portaria nº 98-A/2015, de 31 de março – Sistema de emissão de recibo de renda eletrónico no portal das finanças e obrigações declarativas – Regulamentação do nº 2 do art. 60º do CISelo e alíneas a) e b) do nº 5 do art. 115º do CIRS, em [7].... 776
Decreto-Lei Regional nº 18/2014/M, de 31 de dezembro – Arts. 55º a 62º – Adaptação orgânica e funcional da legislação fiscal nacional à R. A. da Madeira [6.3.5] 596	Decreto-Lei nº 66/2015, de 29 de abril – Regime jurídico dos jogos e apostas online (<i>Artigos relacionados com o sistema fiscal</i>) – Imposto Especial de Jogo Online (IEJO) [4.7.2]..... 487
Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro – Art. 117º – Suspensão da atualização do indexante de apoios sociais (IAS) – Nota art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 187 – Art. 156º – Transmissão de dados entre a AT, a segurança social e a CGA – Nota art. 121º do CIRS [2.1] 223 – Art. 168º – Contribuição extraordinária sobre a indústria farmacêutica [4.10] ... 501 – Art. 200º – Norma transitória – Opção pelo regime forfetário dos produtos agrícolas – Nota art. 59º-C do CIVA [3.1] 329 – Art. 216º – Adicional em sede de IUC – Nota aos arts. 9º e 10º do CIUC [4.5] .. 467 – Art. 228º – IPSS e Sta. Casa da Misericórdia (<i>Restituição do IVA</i>) Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7] 632 – Art. 229º – Adicional às taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos – Nota ao art. 92º do CIEC [3.3] 374 – Art. 234º – Disposição transitória no âmbito do DL nº 198/2012, de 24/08 – Nota ao art. 3º-A deste DL [7] 744 – Art. 235º – Contribuição sobre o setor bancário Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8] 492 – Art. 237º – Contribuição extraordinária sobre o setor energético Nota ao art. 228º da Lei nº 83-C/2013, de 31/12 [4.9] 494 – Art. 240º – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil – Nota art. 1º do DL nº 14/98, de 28/01 [7] 643 – Art. 242º – Constituição de garantias – Nota art. 7º do CISelo [4.3] 435 – Art. 243º – Regime fiscal dos empréstimos externos (<i>Schuldscheindarlehen</i>) – Nota ao art. 32º-B do EBF [5.1] 524 – Art. 244º – Regime especial de tributação de valores mobiliários representativos de dívida emitida por entidades não residentes Nota ao art. 40º-A do EBF [5.1] 530 – Art. 245º – Operações de reporte com instituições financeiras não residentes – Nota ao art. 32º-C do EBF [5.1] 525 – Art. 246º – Operações de reporte – Nota art. 32º-D do EBF [5.1] 525	Decreto-Lei nº 68/2015, de 29 de abril – Regime jurídico da exploração e prática das apostas hípcas mútuas de base territorial (<i>Artigos relacionados com o sistema fiscal</i>) – Imposto Especial de Jogo (IEJ) [4.7.1]..... 486
Lei nº 82-D/2014, de 31 de dezembro – Reforma da fiscalidade verde, incentivo fiscal ao abate de veículos em fim de vida e contribuição sobre os sacos de plástico leves [4.11] 503	Despacho Normativo nº 7-A/2015, de 30 de abril – Regula os procedimentos de reembolso do IRC – Nota ao art. 24º-A do DL nº 492/88, de 30/12 [7] 620
Lei nº 82-E/2014, de 31 de dezembro – Reforma da tributação das pessoas singulares – Alteração e republicação do CIRS [2.1] 170	Portaria nº 157-B/2015, de 28 de maio – Define os parâmetros e valores para apuramento da taxa de desconto a aplicar na contribuição extraordinária sobre o setor energético, tendo em conta a duração dos contratos, as quantidades contratadas e o preço estimado do gás natural – Nota ao art. 3º, em [4.9] 495
Portaria nº 286-A/2014, de 31 de dezembro – Pensão mínima do regime geral (PMRG) para o ano de 2015 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 187	Portaria nº 172/2015, de 5 de junho – Define o procedimento para apresentação do pedido de autorização prévia de regularizações de IVA e aprova o modelo a utilizar para o efeito e respetivas instruções de preenchimento – Nota ao 78º-B do CIVA [3.1] 333
Portaria nº 286-B/2014, de 31 de dezembro – Regulamenta a contribuição sobre os sacos de plástico leves – Nota ao art. 40º da Lei nº 82-D/2014, de 31/12 [4.11] 504	Lei nº 64/2015, de 1 de julho – Art. 4º – Limites máximos/Zona Franca da Madeira – Nota ao 36º-A do EBF [5.1] 529
	Lei nº 111/2015, de 27 de agosto – Art. 51º - Isenções de emolumentos, IMT, ISelo e IMI em resultado de determinadas operações relativas a prédios rústicos – Nota ao art. 6º do CIMT [4.2] 420
	Lei nº 119/2015, de 7 de setembro – Código Cooperativo – Art. 4º, nº 4 – Equiparação das cooperativas de solidariedade social a IPSS – Nota ao art. 1º do DL nº 84/2017, de 21/07 [7] 794
	Portaria nº 297/2015, de 21 de setembro – Proceda à regulamentação do regime fiscal de apoio ao investimento (RFAI) e do regime da dedução por lucros retidos e reinvestidos (DLRR) – Regulamentação dos Capítulos III e IV, arts. 22º a 34º, do CFI [5.2] 564
	Decreto-Lei nº 214-G/2015, de 2 de outubro Alteração e republicação do ETAF e outros diplomas [1.7] 154

Página	Página
Portaria nº 338/2015, de 8 de outubro – Sistema de emissão de faturas, de recibos e de faturas-recibo no portal das finanças – Regulamentação da alínea a) do nº 1 do art. 115º do CIRS, em [7] 778	Decreto-Lei nº 18/2016, de 13 de abril – Art. 76º – Procedimento aplicável aos empréstimos externos – Nota art. 32º-B do EBF [5.1] 524
Despacho nº 11 485/2015, de 14 de outubro – Aprova o formulário modelo 27-RFI, destinado a permitir o reembolso total ou parcial de imposto português que tenha sido retido na fonte sobre rendimentos pagos por organismos de investimento coletivo a sócios e participantes não residentes em território português – Nota ao art. 22º-A do EBF [5.1] 520	Portaria nº 130/2016, de 10 de maio – Define os critérios de seleção dos contribuintes cuja situação tributária deve ser acompanhada pela Unidade dos Grandes Contribuintes (UGC) – Nota ao art. 68º-B da LGT [1.2] 55
Portaria nº 400/2015, de 6 de novembro – Coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados no ano de 2015 – Nota ao art. 47º do CIRC [2.2] 255	Lei nº 13/2016, de 23 de maio – Arts. 4º e 5º – Concretização da venda de imóvel afeto a habitação própria e permanente na sequência de penhora ou execução de hipoteca – Nota ao art. 244º do CPPT [1.3] 105
Decreto Regulamentar nº 19/2015, de 30 de dezembro – Regulamentação das perdas por imparidade para risco específico de crédito (período 2015) – Nota ao art. 28º-C, nº 1 do CIRC [2.2] 248	Decreto Legislativo Regional nº 24/2016/M, de 28 de junho - Código Fiscal do Investimento na R.A. da Madeira (CFI-RAM) [6.3.4] 587
Lei nº 159-C/2015, de 30 de dezembro	Decreto-Lei nº 38/2016, de 15 de julho – Art. 3º – Norma transitória dos pagamentos por conta do CIRC – Nota ao art. 70º do EBF [5.1] 548
– Art. 2º – Contribuição sobre a indústria farmacêutica	Decreto-Lei nº 41/2016, de 1 de agosto
Nota ao art. 168º da Lei nº 82-B/2014, de 31/12 [4.10] 501	– Art. 13º n.ºs 1 e 2 – Norma transitória – Notas aos arts. 59º-B do CIVA [3.1] e 15º do CIselo [4.3] 329/436
– Art. 3º – Adicional em sede de imposto único de circulação	– Art. 15º n.ºs 3 e 4 – Produção de efeitos em relação ao IUC de veículo de pessoa com deficiência – Nota ao art. 5º do CIUC [4.5] 465
Nota aos arts. 9º e 10º do CIUC [4.5] 467	Decreto-Lei nº 47/2016, de 22 de agosto – Art. 3º – Norma transitória do regime aplicável aos rendimentos de patentes e outros direitos de propriedade industrial – Nota ao art. 50º-A do CIRC [2.2] 257
– Art. 4º – Adicional às taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos – Nota ao art. 92º do CIEC [3.3] 374	Portaria nº 259/2016, de 4 de outubro – Regulamenta os procedimentos do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (REAID) – Nota ao art. 14º da Lei nº 61/2014, de 26/08 [7] 769
– Art. 5º – Contribuição sobre o setor bancário	Decreto Legislativo Regional nº 21/2016/A, de 17 de outubro – Derrama regional na R. A. dos Açores [6.2.2] 575
Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8] 492	Decreto-Lei nº 66/2016, de 3 de novembro – Regime facultativo de reavaliação do ativo fixo tangível e propriedades de investimento [7] 779
– Art. 6º – Contribuição extraordinária sobre o setor energético	Decreto-Lei nº 67/2016, de 3 de novembro – Programa especial de redução do endividamento ao Estado (PERES) [7] 782
Nota ao art. 228º da Lei nº 83-C/2013, de 31/12 [4.9] 494	Decreto Regulamentar nº 5/2016, de 18 de novembro – Limites máximos das perdas por imparidade e outras correções de valor para risco específico de crédito (período de 2016) – Nota ao art. 28º-C nº 1 do CIRC [2.2] 248
– Art. 7º – Instituições particulares de solidariedade social e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (<i>Restituição do IVA</i>)	Portaria nº 293-A/2016, de 18 de novembro – Estabelece as condições e procedimentos para aplicação do REAID – Nota aos arts. 10º nº 2 e 14º da Lei nº 61/2014, de 26/08 [7] 770
Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7] 632	Portaria nº 302/2016, de 2 de dezembro – Estrutura de dados do ficheiro modelo de auditoria tributária SAF-T(PT) – Nota à Portaria nº 321-A/2007, de 26/03 [7] .. 703
Decreto-Lei nº 254-A/2015, de 31 de dezembro – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para o ano de 2016 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 187	Portaria nº 316/2016, de 14 de dezembro – Coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados no ano de 2016 – Nota ao art. 47º do CIRC [2.2] 255
Portaria nº 419/2015, de 31 de dezembro – Valor médio de construção para o ano de 2016 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo 402	Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro
Portaria nº 420-A/2015, de 31 de dezembro – Aprova os coeficientes de localização mínimos e máximos a aplicar em cada município, o zonamento, os coeficientes de localização correspondentes a cada zona de valor homogêneo, as percentagens correspondentes à área de implantação e os coeficientes majorativos aplicados às moradias unifamiliares – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] 401	– Art. 20º nº 1 – Atualização do subsídio de refeição
	Nota ao art. 2º nº 3 b) 2) do CIRS [2.1] – Quadro resumo 178
	– Art. 94º – Medidas de transparência contributiva (transmissão de dados entre a AT, a segurança social e a CGA)
	Nota ao art. 121º do CIRS [2.1] 223
	– Art. 197º nº 2 – Medidas transitórias no âmbito PEC
	Nota ao art. 106º do CIRC [2.2] 285
	– Art. 198º – Norma transitória no âmbito do CIRC
	Nota ao art. 70º do CIRC [2.2] 269
	– Art. 205º – Disposição transitória no âmbito do CIVA
	Nota ao art. 27º do CIVA [3.1] 319
	– Art. 213º – Consignação da receita ao setor da saúde
	Nota ao art. 87º-A do CIEC [3.3] 370
	– Art. 214º – Desconto no preço da gasolina consumida na pequena pesca artesanal e costeira – Nota ao art. 93º do CIEC [3.3] 375
	– Art. 215º – Disposições transitórias
	Notas aos arts. 87º-A e 93º do CIEC [3.3] 370/375
	– Art. 220º – Norma transitória no âmbito do CIMI
	Nota ao art. 11º-A do CIMI [4.1] 393
	– Art. 223º – Disposição transitória no âmbito do CIUC
	Nota ao art. 5º do CIUC [4.5] 465
2016	
Aviso nº 87/2016, de 6 de janeiro (DR, 2.ª série) – Taxa de juro de mora para o ano de 2016 – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo 44	
Lei nº 7-A/2016, de 30 de março	
– Art. 72º – Medidas de transparência contributiva (<i>Transmissão de dados entre a AT, a Segurança Social e a CGA</i>)	
Nota ao art. 121º do CIRS [2.1] 223	
– Art. 73º – Suspensão do regime de atualização do IAS	
Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 187	
– Art. 136º – Norma transitória	
Notas a diversos arts. do CIRC [2.2] 242/258/259/279/281	
– Art. 139º – Entrega de declaração de inscrição no registo por associações de pais – Nota ao art. 118º do CIRC [2.2] 288	
– Art. 158º – Introdução no consumo e comercialização de produtos de tabaco – Nota ao art. 109º do CIEC [3.3] 381	
– Art. 164º – Correção monetária extraordinária do valor patrimonial tributário	
Nota ao art. 138º do CIMI [4.1] 415	
– Art. 174º – Disposição transitória no âmbito da LGT	
Nota ao art. 49º da LGT [1.2] 45	
– Art. 177º – Disposição transitória no âmbito do CPPT	
Notas aos arts. 199º-A e 269º do CPPT [1.3] 100/109	
– Art. 178º – Dispensa de prestação de garantia em pagamentos até 12 prestações – Nota ao art. 196º do CPPT [1.3] 98	
– Art. 186º – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil – Nota ao art. 1º do DL nº 14/98, de 28/01 [7] 643	
Portaria nº 65/2016, de 1 de abril – Pensão mínima do regime geral (PMRG) para o ano de 2016 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 187	

Página	Página
– Art. 226º - Norma transitória no âmbito do EBF Notas aos arts. 3º e 41º-A do EBF [5.1] 512/531	Decreto Legislativo Regional nº 3/2017/A, de 13 de abril – Arts. 33º e 34º – Deduções à coleta e benefícios fiscais – Nota aos arts. 6º e 9º D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.2.1] 574/575
– Art. 231º - Disposição transitória no âmbito do CPPT Nota ao art. 183º-B do CPPT [1.3] 95	Portaria nº 89-A/2017, de 19 de abril – Regulamento do Incentivo Fiscal à Produção Cinematográfica (<i>Regulamentação prevista no nº 14 do art. 59º-F do EBF</i>) [7] 788
– Art. 235º - Contribuição sobre a indústria farmacêutica Nota ao art. 168º da Lei nº 82-B/2014, de 31/12 [4.10] 501	Portaria nº 185/2017, de 1 de junho – Regula o decreto-lei relativo ao <i>Taxfree</i> – Simplificação dos procedimentos de reembolso de IVA aos viajantes – Nota ao art. 7º do DL nº 19/2017, de 14/02 [7] 785
– Art. 236º - Adicional ao IUC – Nota aos arts. 9º e 10º CIUC [4.5] 467	Lei nº 42/2017, de 14 de junho – Art. 7º, nº 2 – Benefícios ou isenções fiscais para imóveis de interesse histórico e cultural ou social local a conceder pelos municípios – Nota ao art. 16º da Lei nº 73/2013, de 03/09 [6.4] 600
– Art. 237º - Adicional às taxas do ISP – Nota art. 92º do CIEC [3.3] 374	Portaria nº 208/2017, de 13 de julho – Delimitação das áreas territoriais beneficiárias de medidas do Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), que se constituam como um incentivo ao desenvolvimento dos territórios do interior (<i>Regulamentação prevista no nº 4 do art. 41º-B do EBF</i>) [7] 792
– Art. 238º - Contribuição sobre o sector bancário Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8] 492	Portaria nº 215/2017, de 20 de julho – Regulamenta a forma e prazo de exercício da opção para pagamento do IVA devido pelas importações de bens através da declaração periódica – Nota ao art. 27º do CIVA [3.1] 319
– Artigo 239º - IPSS e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (restituição do IVA) – Nota ao art. 2º do Decreto-Lei 20/90, de 13/01 [7] 632	Decreto-Lei nº 84/2017, de 21 de julho – Restituição de IVA às forças armadas, às forças e serviços de segurança, aos bombeiros, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e às IPSS [7] 793
– Art. 244º - Disposição transitória no âmbito do CFI Nota ao art. 23º do CFI [5.2] 557	Decreto-Lei nº 93/2017, de 1 de agosto – Arts. 16º, 17º, 18º e 21º – Regulamentação, prevalência, direito subsidiário e entrada em vigor do serviço público de notificações eletrónicas associado à morada única digital – Nota ao art. 19º da LGT [1.2] 39
– Art. 264º - Contribuição extraordinária sobre o sector energético Nota ao art. 228º da Lei nº 83-C/2013, de 31/12 [4.9] 494	Portaria nº 256/2017, de 14 de agosto – Regulamenta a publicação pela AT da informação relativa às transferências e envios de fundos, a que se refere o nº 3 do art. 63º-A da LGT, e a que deve ser incluída no relatório sobre a evolução do combate à fraude e à evasão fiscais, de acordo com o art. 64º-B da LGT – Nota ao art. 63º-A da LGT [1.2] 49
– Art. 266º - Unidade de conta processual (UC) Nota ao art. 5º do DL nº 433/99, de 26/10, diploma que aprova o CPPT [1.3] – Quadro resumo 67	Lei nº 85/2017, de 18 de agosto – Art. 4º - Norma repristinatória, para prorrogação do art. 62º-A do EBF relativo ao mecenato científico – Nota ao art. 3º do EBF [5.1] 512
Decreto-Lei nº 86-B/2016, de 29 de dezembro – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para o ano de 2017 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 187	Lei nº 98/2017, de 24 de agosto – Arts. 13º e 14º - Fontes auxiliares de interpretação e disposição transitória, relativas à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade e à declaração financeira e fiscal por país do grupo de empresas multinacionais – Nota ao art. 121º-A do CIRC [2.2] 290
Portaria nº 345-B/2016, de 30 de dezembro – Valor médio de construção para o ano de 2017 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo 402	Despacho nº 7689/2017, de 1 de setembro (DR, 2.ª Série) – Determina à AT o levantamento das informações vinculativas não publicadas agilizando a sua futura publicação, a publicação de ora em diante de todas as informações vinculativas prestadas e a publicação anual das regras de liquidação do IRS – Nota ao art. 68º da LGT [1.2] 54
2017	Portaria nº 293/2017, de 2 de outubro – Selo de validação AT (SVAT) e regras da sua atribuição aos programas de contabilidade, relativamente à produção do ficheiro de auditoria SAF-T (PT) (<i>Regulamentação do nº 8 do art. 123º do CIRC</i>) [7] 795
Portaria nº 4/2017, de 3 de janeiro – Indexante de apoios sociais (IAS) para o ano de 2017 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 187	Portaria nº 326/2017, de 30 de outubro – Coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados no ano de 2017 – Nota ao art. 47º do CIRC [2.2] 255
Aviso nº 139/2017, de 4 de janeiro (DR, 2.ª série) – Taxa de juro de mora para o ano de 2017 – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo 44	Decreto-Lei nº 141/2017, de 14 de novembro – Medidas de apoio temporário destinadas aos contribuintes com domicílio fiscal, sede ou estabelecimento nos concelhos afetados pelos incêndios de 15/10/2017 [7] 796
Portaria nº 11/2017, de 9 de janeiro – Aprova a lista de prédios para efeitos de avaliação de IMI – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] 402	Despacho nº 10363-A/2017, de 28 de novembro – Aprova a lista dos concelhos a que se aplica um conjunto de medidas destinadas a apoiar as vítimas dos incêndios de 15/10/2017 – Nota ao art. 1º do DL nº 141/2017, de 14/11 [7] 796
Portaria nº 22/2017, de 12 de janeiro – Fixa os procedimentos para as pessoas coletivas de utilidade pública que desenvolvam atividades de natureza e interesse cultural que queiram beneficiar de consignação da quota de 0,5% do IRS liquidado – Nota ao art. 152º do CIRS [2.1] 227	Portaria nº 368/2017, de 11 de dezembro – Define os procedimentos de comunicação à AT da identificação fiscal dos prestadores de serviços de fornecimento de refeições escolares – Nota ao art. 78º-D do CIRS [2.1] 212
Lei nº 3/2017, de 16 de janeiro – Regime transitório de opção pela tributação conjunta, em sede de IRS, em declarações relativas a 2015 entregues fora dos prazos legalmente previstos – Nota ao art. 59º do CIRS [2.1] 201	
Decreto-Lei nº 19/2017, de 14 de fevereiro – Sistema eletrónico de comunicação dos dados dos viajantes e das respetivas aquisições que pretendam beneficiar da isenção de IVA nas compras realizadas em Portugal (<i>Residentes fora da UE que transportem os bens na sua bagagem pessoal para fora da UE</i>) [7] 784	
Decreto-Lei nº 22/2017, de 22 de fevereiro – Arts. 2º e 3º – Incentivo com natureza de auxílios de Estado à produção cinematográfica – Nota ao art. 59º-F do EBF [5.1] 541	
Decreto Regulamentar Regional nº 2/2017/M, de 23 de fevereiro – Regulamenta o regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo de valor igual ou superior a 500 000 euros, na R. A. da Madeira – Nota aos art. 2º do D. Leg. Regional nº 24/2016/M, de 28/06 [6.3.4] 588	
Portaria nº 92-A/2017, de 2 de março – Define os parâmetros e valores para o apuramento do valor do excedente do valor económico equivalente dos contratos de aprovisionamento de longo prazo em regime de «take-or-pay» – Nota ao art. 3º [4.9] 496	
Decreto-Lei nº 25/2017, de 3 de março – Art. 87º – Procedimento aplicável aos empréstimos externos – Nota ao art. 32º-B do EBF [5.1] 524	
Portaria nº 98/2017, de 7 de março – Pensão mínima do regime geral (PMRG) para o ano de 2017 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 187	
Lei nº 10-A/2017, de 29 março – Reduz o pagamento especial por conta (períodos de 2017 e 2018) e cria condições para a sua substituição por um regime adequado de apuramento da matéria coletável – Nota ao art. 106º do CIRC [2.2] 285	

Página	Página
Portaria nº 379/2017, de 19 de dezembro – Valor médio de construção para o ano de 2018 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo..... 402	Portaria nº 51/2018, de 16 de fevereiro – Altera o conjunto de documentos que integram o <i>dossier</i> fiscal a que se refere o art. 1º da Portaria nº 92-A/2011, de 28/02, e aprova os modelos do mapa a que se refere o art. 12º, nº 1 a), do DL nº 66/2016, de 03/11 – Nota ao art. 130º do CIRC [2.2] 293
Decreto-Lei nº 156/2017, de 28 de dezembro – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para o ano de 2018 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo.. 187	Lei nº 8/2018, de 2 de março – Cria o Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE) – Arts. 27º, 33º, 34º e 35º – Efeitos fiscais, responsabilidade dos administradores judiciais, benefícios emolumentares e disposições transitórias – Nota ao Título XIII do CIRE, DL nº 53/2004, de 18/03 [7] 686
Decreto Regulamentar nº 11/2017, de 28 de dezembro – Estabelece os limites máximos das perdas por imparidade e outras correções dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em IRC (período de 2017) – Nota ao art. 28ºC, nº 1, do CIRC [2.2] 248	Lei Orgânica nº 1/2018, de 19 de abril - Art. 7º - Norma transitória (<i>Alteração à Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais</i>) – Nota (1) ao título da Lei nº 19/2003, de 20/06 [7] 676
Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro – Art. 21º – Subsídio de refeição Nota ao art. 2º nº 3 b) 2) do CIRS [2.1] – Quadro resumo..... 178 – Art. 158º - Mais-valias resultantes de indemnizações por danos causados por incêndios florestais Nota aos arts. 31º do CIRS [2.1] e 86º-B do CIRC [2.2] 194/276 – Art. 178º - Valor das custas processuais (Unidade de conta processual - UC) – Nota ao art. 5º do DL nº 433/99, de 26/10, CPPT [1.3] – Quadro resumo 67 – Art. 219º - Majoração dos subsídios relativos à utilização de gasóleo colorido e marcado – Nota art. 93º nº 3 c) do CIEC [3.3] 375 – Art. 220º - Subsídio à pequena pesca artesanal e costeira e à pequena aquicultura – Nota ao art. 93º nº 3 b) do CIEC [3.3] 375 – Art. 223º - Interconexão de dados entre a AT e a Direção-Geral das Atividades Económicas Nota ao art. 44º do EBF [5.1] 534 – Art. 228º nº 2 - Evolução do regime simplificado Nota ao art. 31º do CIRS [2.1] 194 – Art. 234º - Norma transitória no âmbito do CIRC Nota ao art. 70º do CIRC [2.2] 269 – Art. 250º - Consignação da receita ao setor da saúde Nota ao art. 87º-A do CIEC [3.3] 370 – Art. 251º - Disposição transitória em matéria de produtos petrolíferos e energéticos Notas aos arts. 92º e 92º-A do CIEC [3.3] 374 – Art. 265º - Norma transitória no âmbito do EBF Nota ao art. 3º do EBF [5.1] 512 – Artigo 266º - Outras disposições no âmbito do EBF nº 1 – Nota ao art. 3º do EBF [5.1] 512 nº 2 – Nota ao art. 62º-B do EBF [5.1] 546 – Artº 279º - Contribuição sobre o sector bancário Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8]..... 492 – Artº 280º - Contribuição extraordinária sobre o sector energético Nota ao art. 228º da Lei nº 83-C/2013, de 31/12 [4.9]..... 494 – Art 281º - Contribuição sobre a indústria farmacêutica Nota ao art. 168º da Lei nº 82-B/2014, de 31/12 [4.10] 501 – Art 282º - Adicional em sede de IUC Nota aos arts. 9º e 10º CIUC [4.5]..... 467 – Art. 283º - Adicional às taxas do ISP Nota art. 92º do CIEC [3.3] 374 – Art. 290º - Revogação da Portaria nº 345-A/2016, de 30/12 Nota à Portaria nº 150/2004, de 13/02 (<i>Paraisos fiscais</i>) [7]..... 685	Decreto-Lei nº 33/2018, de 15 de maio - Art. 101º - Procedimento aplicável aos empréstimos externos (<i>Contratos de empréstimo “Schuldscheindarlehen” celebrados pelo IGCP</i>) – Nota ao art. 32º-B do EBF [5.1] 524 Despacho nº 4943/2018, de 18 de maio (DR, 2ª série) – Aprova a percentagem dos rendimentos brutos da categoria A auferidos pelo desempenho no estrangeiro de funções ou comissões de caráter público ao serviço do Estado Português não sujeita a IRS para cada país – Nota ao art. 2º-A do CIRS [2.1] 179 Decreto-Lei nº 45/2018, de 19 de junho - Art. 16º - Regime transitório aplicável ao incentivo à produção cinematográfica e audiovisual – Nota ao art. 59º-F do EBF [5.1] 540 Portaria nº 195/2018, de 5 de julho - Define o conceito de setor tecnológico para efeitos do incentivo fiscal à aquisição de participações sociais pelos trabalhadores – Nota ao art. 43º-C do EBF [5.1] 532 Lei nº 39/2018, de 8 de agosto - Art. 3º - Disposição transitória, prazo mínimo de antecedência para disponibilização no Portal das Finanças de formulários digitais de IRS e IRC – Nota ao art. 59º da LGT [1.2] 47 Lei nº 43/2018, de 9 de agosto - Art. 2º - Prorrogação no âmbito do EBF – Nota ao art. 3º do EBF [5.1] 512 Lei nº 51/2018, de 16 de agosto – Art. 8º - Norma transitória relativa à participação dos municípios no IVA – Nota art. 26º-A da Lei nº 73/2013 de 03/09 [6.4] 602 – Art. 9º - Norma transitória referente à isenção de IMI dos prédios do património imobiliário público – Nota ao art. 11º do CIMI [4.1] 393 Portaria nº 490/2018, de 28 de setembro – Art. 7º - Regime transitório (<i>Produção de efeitos da revogação do incentivo fiscal à produção cinematográfica e audiovisual</i>) – Nota ao art. 59º-F do EBF [5.1] 541 Decreto-Lei nº 81/2018, de 15 de outubro - Criação de equipas de magistrados para recuperação de pendências na jurisdição administrativa e tributária e outras medidas acessórias de caráter extraordinário (<i>Desistência do pedido com isenção de custas, revisão oficiosa pela AT, “migração” de processos para a arbitragem tributária</i>) [7] 797 Decreto-Lei nº 87/2018, de 31 de outubro - Art. 3º - Entrada em vigor e produção de efeitos (<i>Entrega da IES/DA</i>) – Nota ao art. 2º do DL nº 8/2007, de 17/01 [7] 695 Decreto-Lei nº 92/2018, de 13 de novembro - Regime especial de determinação da matéria coletável com base na tonelagem dos navios e embarcações, regime fiscal e contributivo aplicável aos tripulantes e registo de navios e embarcações simplificado [7] 799 Portaria nº 330-A/2018, de 20 de dezembro – Valor médio de construção para 2019 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo..... 402 Decreto-Lei nº 117/2018, de 27 de dezembro – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para o ano de 2019 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo .. 187 Decreto Regulamentar nº 13/2018, de 28 de dezembro - Estabelece os limites máximos das perdas por imparidade e outras correções dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em IRC (período de 2018) – Nota ao art. 28ºC, nº 1, do CIRC [2.2] 248 Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro – Arts. 127º, 134º, 156º, 158º e 160º - Medidas de transparência contributiva, consulta direta em processo executivo e interconexão de dados entre determinadas entidades e a AT – Nota ao art. 64º da LGT [1.2] 52
Decreto Legislativo Regional nº 1/2018/A, de 3 de janeiro – Arts. 32º e 33º – Deduções à coleta e benefícios fiscais – Nota aos arts. 6º e 9º D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.2.1] 574/575	
Aviso nº 235/2018, de 4 de janeiro (DR, 2ª série) – Taxa de juros de mora – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo..... 44	
Despacho nº 382/2018, de 9 de janeiro – Prorroga o prazo da suspensão das execuções fiscais nas áreas aridas – Nota ao art. 3º do DL nº 141/2017, de 14/11 [7] 797	
Portaria nº 12/2018, de 10 de janeiro – Prorroga o prazo durante o qual é possível a opção pelo procedimento previsto no DL nº 295/87, de 31/07 (<i>Taxfree</i>) – Nota ao art. 9º do DL nº 19/2017, de 14/02 [7] 787	
Portaria nº 21/2018, de 18 de janeiro – Indexante dos apoios sociais (IAS) para o ano 2018 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 187	
Portaria nº 23/2018, de 18 de janeiro – Pensão mínima do regime geral (PMRG) para o ano de 2018 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 187	

2018

Página	Página
– Art. 182º - Valor das custas processuais (Unidade de conta processual - UC) Nota ao art. 5º do DL nº 433/99, de 26/10, CPPT [1.3] – Quadro resumo 67	Portaria nº 25/2019, de 17 de janeiro – Pensão mínima do regime geral (PMRG) para o ano de 2019 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 187
– Art. 250º - Majoração dos subsídios relativos à utilização de gasóleo colorido e marcado – Nota ao art. 93º do CIEC [3.3] 375	Despacho nº 791-A/2019, de 18 de janeiro (DR, 2.ª Série) – Aprova as tabelas de retenção na fonte de IRS sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no Continente para o ano de 2019 [7] .. 806
– Art. 251º - Subsídio à pequena pesca artesanal e costeira e à pequena aquiticultura – Nota ao art. 93º do CIEC [3.3] 375	Portaria nº 31/2019, de 24 de janeiro - Aprova os termos a que deve obedecer o envio da informação empresarial simplificada / declaração anual de informação contabilística e fiscal (IES/DA) – Nota (3) ao Art. 2º do DL nº 8/2007, de 17/01 [7] 695
– Art. 259º - Disposição transitória em sede de IRS, regime fiscal aplicável a ex-residentes – Nota ao art. 12º-A do CIRS [2.1] 186	Decreto-Lei nº 19/2019, de 28 de janeiro – Art. 11º-A – Regime fiscal das sociedades de investimento e gestão imobiliária (SIGI) – Nota ao art. 22º do EBF [5.1] 519
– Art. 260º - Medidas transitórias sobre deduções à coleta a aplicar à declaração de rendimentos de IRS relativa a 2018 Nota ao art. 78º do CIRS [2.1] 209	Despacho nº 977/2019, da Diretora-Geral da AT, publicado em 28/01 (DR, 2ª série) – Define e identifica entidades a acompanhar pela UGC – Nota ao art. 68º-B da LGT [1.2] 56
– Art. 261º - Medidas transitórias sobre despesas e encargos relacionados com a atividade empresarial ou profissional de sujeitos passivos de IRS a aplicar à declaração de rendimentos de IRS relativa ao ano de 2018 Nota ao art. 31º do CIRS [2.1] 194	Despacho nº 1056/2019, de 30 de janeiro (DR, 2.ª Série) – Aprova as tabelas de retenção na fonte de IRS sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes na R.A. dos Açores para o ano de 2019 [7] 806
– Art. 264º - Disposição transitória em sede de IRC Nota art. 70º do CIRC [2.2] 269	Despacho nº 37/2019, de 31 de janeiro (JORAM, II Série) – Aprova as tabelas de retenção na fonte de IRS sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes na R.A. da Madeira para o ano de 2019 [7] 806
– Art. 268º - Outras disposições em matéria de IRC Nota ao art. 106º do CIRC [2.2] 286	Lei nº 9/2019, de 1 de fevereiro - Art. 3º - Aplicação no tempo do direito a juros indemnizatórios em caso de pagamento indevido de prestações tributárias fundado em normas inconstitucionais ou ilegais – Nota ao art. 43º da LGT [1.2] 42
– Art. 282º - Consignação da receita ao setor da saúde Nota ao art. 87º-A do CIEC [3.3] 370	Decreto Regulamentar nº 1/2019, de 4 de fevereiro – Fixa o universo dos sujeitos passivos de IRS abrangidos pela declaração automática de rendimentos – Nota ao art. 58º-A do CIRS [2.1] 200
– Art. 283º - Disposição transitória em matéria de produtos petrolíferos e energéticos utilizados na produção de eletricidade, eletricidade e calor ou gás de cidade – Nota ao art. 92º do CIEC [3.3] 373	Lei nº 17/2019, de 14 de fevereiro - Comunicação obrigatória de informações financeiras - Arts. 7º e 8º - Disposição transitória, entrada em vigor e produção de efeitos – Nota ao art. 119º-B do RGIT [1.4] 131
– Art. 285º - Disposições transitórias em matéria de ISV Nota ao art. 7º do CISV [4.4] 450	Tabela prática das convenções para evitar a dupla tributação celebradas por Portugal (IRS, IRC e impostos de natureza idêntica ou similar) – Lista de países, diplomas de aprovação, avisos de troca dos instrumentos de ratificação e taxas reduzidas sobre dividendos, juros e royalties (Atualizada a 14/02/2019 e 28/05/2019) [7] 813
– Art. 288º - Valor patrimonial tributário de prédios urbanos afetos a atividade pecuária, agrícola ou de aquicultura Nota ao art. 38º do CIMI [4.1] 397	Decreto-Lei nº 28/2019, de 15 de fevereiro – Regulamentação das obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes bem como das obrigações de conservação de livros, registos e respetivos documentos de suporte que recaem sobre os sujeitos passivos de IVA [7] 818
– Art. 290º - Disposições transitórias em matéria de IUC Nota ao art. 10º do CIUC [4.5] 467	Lei nº 24/2019, de 13 de março – Art. 3º – Norma transitória relativa ao exercício das funções de árbitro em matéria tributária que exige a renúncia à condição de magistrado judicial jubilado – Nota ao art. 7º do RJAT [1.6] 148
– Art. 294º nº 1 – Outras disposições no âmbito do EBF Nota ao art. 62º-B do EBF [5.1] 546	Portaria nº 110/2019, de 12 de abril – Regulamenta os termos e as condições previstas nos nºs 2 a 5 do art. 72º do CIRS de que depende o direito à redução da taxa especial aplicável a rendimentos prediais – Nota ao art. 72º do CIRS [2.1] 206
– Art. 295º nº 2 - Norma transitória, informação do Banco de Portugal para a AT – Nota (6) ao art. 63º-A da LGT [1.2] 49	Despacho Normativo nº 12/2019, de 18 abril – Art. 3º – Disposição transitória relativa à suspensão do prazo de reembolso de IRC e IVA – Nota ao art. 4º nº 1 c) do Despacho Normativo nº 7-A/2015, de 30/04, junto ao art. 24º-A do DL nº 492/88 [7] 621 – Nota ao art. 5º do Despacho Normativo nº 18-A/2010 [7] 741
– Art. 299º - Norma revogatória no âmbito do RGIT Nota ao art. 117º do RGIT [1.4] 130	Lei nº 32/2019, de 3 de maio – Art. 5º – Disposição transitória no âmbito das alterações ao CIRC que reforçam o combate às práticas de elisão fiscal – Nota ao art. 83º do CIRC [2.2] 274
– Art. 303º - Regimes excecionais de regularização tributária (RERT) Nota (7) ao art. 63º-A da LGT [1.2] 49	Decreto-Lei nº 60/2019, de 13 de maio – Art. 3º – Entrada em vigor e produção de efeitos da aplicação da taxa reduzida do IVA à componente fixa de determinados fornecimentos de eletricidade e gás natural – Nota à verba 2.33 da Lista I anexa ao CIVA [3.1] 339
– Art. 308º - Adicional em sede de IUC – Nota ao art. 10º do CIUC [4.5] 467	Portaria nº 144/2019, de 15 de maio – Regulamenta os termos e condições para o exercício da opção pelos sujeitos passivos que pretendam ficar dispensados da impressão das faturas em papel ou da sua transmissão por via eletrónica – Nota ao art. 8º do DL nº 28/2019, de 15/02 [7] 820
– Art. 309º - Adicional às taxas do ISP Nota ao art. 92º e 92º-A do CIEC [3.3] 373/374	
– Artº 311º - Contribuição sobre o sector bancário Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8] 492	
– Art. 312º - Contribuição sobre a indústria farmacêutica Nota ao art. 168º da Lei nº 82-B/2014, de 31/12 [4.10] 501	
– Art. 313º - Contribuição extraordinária sobre o setor energético Nota ao art. 228º da Lei nº 83-C/2013, de 31/12 [4.9] 494	
– Art. 315º - Outras disposições de caráter fiscal no âmbito do imposto sobre o rendimento – Nota ao art. 32º-B do EBF [5.1] 524	
Taxas de derrama por município – Junto à Lei nº 73/2013, de 03/09 – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais [6.4] 604	
Participação variável no IRS por município – Junto à Lei nº 73/2013, de 03/09 – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais [6.4] 607	
Taxas de IMI para prédios urbanos por município – Junto à Lei nº 73/2013, de 03/09 – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais [6.4] 609	
2019	
Aviso nº 212/2019, de 4 de janeiro (DR, 2.ª série) – Taxa de juro de mora para o ano de 2019 – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo 44	
Decreto Legislativo Regional nº 1/2019/A, de 7 de janeiro – Arts. 34º e 35º - Deduções à coleta e benefícios Fiscais – Nota aos arts. 6º e 9º do D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.2.1] 574	
Lei nº 3/2019, de 9 de janeiro - Arts. 3º, 4º e 5º - Programas de construção para renda acessível, regulamentação, entrada em vigor, aplicação no tempo e produção de efeitos – Nota ao art. 72º do CIRS [2.1] 205	
Portaria nº 24/2019, de 17 de janeiro – Indexante dos apoios sociais (IAS) para o ano 2019 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 187	

	Página
Decreto-Lei nº 68/2019, de 22 de maio – Programa de Arrendamento Acessível – Regime fiscal de isenção em IRS e IRC aplicável a rendimentos prediais [7]	825
Lei nº 38/2019, de 4 de junho – Regime fiscal aplicável às competições <i>UEFA Nations League Finals 2019</i> e <i>UEFA Super Cup Final 2020</i> [7]	827
Portaria nº 230/2019, de 23 de julho – Arts. 4º e 5º – Entrada em vigor, produção de efeitos e disposição transitória das alterações à tabela de atividades de elevado valor acrescentado para efeitos do regime fiscal do residente não habitual – Nota ao artigo único e tabela da Portaria nº 12/2010, de 07/01, junto ao art. 72º do CIRS [2.1]	207
Portaria nº 233/2019, de 25 de julho – Regulamenta o regime das “Notificações e Citações Eletrónicas – Portal das Finanças” (NCEPF) – Nota ao art. 38º-A do CPPT [1.3]	74
Lei nº 67/2019, de 27 de agosto – Art. 111º n.º 1 j) – Dedução específica da cat. A do IRS de magistrados do Ministério Público (Procuradores) relativa a quantias despendidas com a valorização profissional e traje profissional – Nota ao art. 25º do CIRS [2.1]	192
Lei nº 98/2019, de 4 de setembro – Arts. 3º e 4º – Imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras de períodos anteriores e período de adaptação (2019 e seguintes) – Nota ao art. 28º-C do CIRC [2.2]	248
Lei nº 114/2019, de 12 de setembro – Alteração e republicação do ETAF [1.7]	154
Lei nº 118/2019, de 17 de setembro – Modifica regimes processuais no âmbito da jurisdição administrativa e tributária, procedendo a diversas alterações legislativas – Alteração e republicação do CPPT e outros [1.3]	69
Lei nº 119/2019, de 18 de setembro	
– Art. 18º, 19º e 23º – Interconexão de dados entre a Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores e a AT, entre a INCM e a AT e tratamento de dados no âmbito da atribuição de passes sociais de caráter familiar – Nota ao art. 64º da LGT [1.2]	52
– Art. 24º – Norma transitória relativa a períodos anteriores à entrada em vigor da Declaração Mensal de Imposto do Selo – Nota ao art. 51º do CISelo [4.3]	441
Lei nº 120/2019, de 19 de setembro – Estabelece mecanismos para a resolução de litígios que envolvam as autoridades competentes de Portugal e de outros Estados-Membros da UE em resultado da interpretação e aplicação de acordos e convenções internacionais para evitar a dupla tributação de rendimentos (<i>Transposição da Diretiva (UE) n.º 2017/1852 para a ordem jurídica interna</i>) [7]	828

Obs: Este índice contém a lista dos diplomas que se transcrevem de forma autonomizada. Os que alteram ou aditam artigos sem normas transitórias, de diplomas anteriormente inseridos nesta coletânea, não se acrescentam no índice, ficando a sua menção apenas na nova redação do artigo.